

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

EDUCAÇÃO DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS
METODOLÓGICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO CURSO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
IFCE- CAMPUS CRATO.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DO NASCIMENTO

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS E
SUAS CONTRIBUIÇÕES AO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ- IFCE- CAMPUS CRATO.**

FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DO NASCIMENTO

Sob a orientação do professor

Dr. Ramofly Bicalho dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Agosto de 2018**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244e NASCIMENTO, FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DO, 1979-
 EDUCAÇÃO DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS E
 SUAS CONTRIBUIÇÕES AO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 DO CEARÁ IFCE - CAMPUS CRATO. / FRANCISCO DAS CHAGAS
 BARBOSA DO NASCIMENTO. - 2018.
 59 f.

 Orientador: Ramofly Bicalho dos Santos.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2018.

 1. Educação do Campo. 2. Educação Rural. 3.
 Movimentos sociais. I. Santos, Ramofly Bicalho dos,
 1970-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
 de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 AGRÍCOLA III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DO NASCIMENTO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21/08/2018.

RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS, Prof. Dr. UFRRJ

ALESSANDRO RODRIGUES PIMENTA, Prof. Dr. UFT

NADIA MARIA PEREIRA DE SOUZA, Profa. Dra. UFRRJ

Dedico este trabalho à minha família que sempre viram em mim potencialidades e nunca descreditaram que eu poderia, e a todos que direto ou indiretamente colaboraram para tão grande feito.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por todo o bem que me tem feito sempre, a Ele toda honra, poder e glória!

Ao meu orientador, Professor Dr. Ramofly Bicalho dos Santos pelas suas muitas horas de dedicação em me orientar, pela sua valiosa atenção, paciência, compreensão e incansável apoio, sem estes, esse momento jamais aconteceria.

Aos meus pais que apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas sempre zelaram de mim e me ensinaram a trilhar o caminho do bem, da ética e da honestidade.

A minha esposa Terezinha, sempre compreensiva, dedicada, amorosa, terna. E ao filho Rubens pelas muitas horas que tiveram de abrir mão da minha presença e atenção na realização deste.

Aos meus irmãos que comigo partilharam tantos momentos de aprendizagem ao longo da vida, e hoje se veem refletidos nessa grande vitória.

Aos entrevistados e todos quanto direto ou indiretamente contribuíram para a grandeza desse momento.

Aos educadores e educadoras que tive ao longo da vida, em especial aos do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelos bons momentos de construção coletiva de aprendizagens.

A todos/as os técnicos administrativos e auxiliares de serviços gerais do PPGEA/UFRRJ que tanto ajudaram nessa empreitada.

Aos meus amigos e amigas do Curso de Mestrado, pelos sorrisos compartilhados, pela a alegria e o companheirismo dos encontros, o que vivemos juntos jamais será apagado em meu coração.

A palavra que me define afinal por tudo é gratidão.

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.”
(Paulo Freire.)

RESUMO

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Barbosa do. **Educação do campo: experiências metodológicas e suas contribuições ao curso técnico em agropecuária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE- campus Crato.** 2018. 59f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

O presente trabalho buscou fazer um estudo bibliográfico e de campo sobre as metodologias educacionais utilizadas pela educação do campo e a possibilidade de ressignificação e replicação destas no curso técnico em agropecuária na modalidade integral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE, campus Crato. Para tanto, analisamos aspectos do surgimento e contexto histórico, político e social da educação rural no Brasil e seus principais contrastes com a educação do campo na atualidade. Além disso, fizemos a análise da matriz curricular do curso em estudo na busca de entender qual tipo de aluno se propõem a formar e se tal educação liga-se mais aos interesses da elite ruralista e ao agronegócio brasileiro, ou a educação do campo e seu ideal de luta pela terra e resistência ao grande capital, pela formação política das pessoas. O objetivo central é descrever sobre algumas metodologias educacionais utilizadas pela educação do campo buscando conhecer como essas práticas educativas poderão contribuir para o ensino técnico agropecuário. Procurou-se identificar também a contribuição dos movimentos sociais ligados a luta pela terra e a conquista de uma educação que de fato se volte para os reais anseios dos camponeses. A pesquisa de campo foi de natureza exploratória, quanti-qualitativa, realizada nos meses de novembro e dezembro de 2017, com nove (nove) alunos matriculados entre a 2ª série turma A e 3ª. série turma B do referido curso e residentes em comunidades rurais dos municípios de Crato, Nova Olinda e Porteiras na região do Cariri, sul do Estado do Ceará. Foram utilizados questionários mistos com questões abertas e fechadas os quais buscaram verificar se há ou não o uso de algumas metodologias educacionais próprias da educação do campo no ensino lá ofertado e se os conhecimentos por eles recebidos estão sendo ou não aplicados nas atividades práticas em suas comunidades com vistas a gerar a permanência desses estudantes em suas localidades pela geração de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Os principais interlocutores que respaldaram este trabalho foram ARROYO & MANÇANO (2004), BENJAMIN & CALDART (2000), MOLINA & AZEVEDO (2004). Os resultados obtidos, evidenciaram que o ensino técnico em agropecuária realizado na instituição pesquisada, possui ainda fortes elementos da educação rural de cunho tradicionalista e é pouco contextualizado com a prática social desses sujeitos, o que nos leva a sugerir a adoção da prática pedagógica da pedagogia da alternância como forma de humanizar o ensino ofertado no curso e aproximar alunos, escola e comunidade no que tange a uma melhor interação destes na busca da qualidade do ensino e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades por meio da aprendizagem adquirida.

Palavras-Chave: Educação do Campo, Educação Rural, Movimentos sociais.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Barbosa do. **Field education: methodological experiences and their contributions to the technical course in agriculture and livestock at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará- IFCE- Crato campus.** 2018. 59p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

The present work sought to make a bibliographical and field study on the educational methodologies used by the education of the field and the possibility of re-signification and replication of these in the technical course in agriculture in the integral modality of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará- IFCE, campus Crato. Therefore, we analyze aspects of the emergence and historical, political and social context of rural education in Brazil and its main contrasts with current rural education. In addition, we have analyzed the curricular matrix of the course under study in the search to understand which type of student they are proposing to train and if such education is more related to the interests of the rural elite and Brazilian agribusiness, or the education of the field and its an ideal of struggle for land and resistance to great capital, for the political formation of people. The central objective is to describe some educational methodologies used by the rural education, seeking to know how these educational practices can contribute to agricultural technical education. It was also sought to identify the contribution of social movements linked to the struggle for land and the achievement of an education that in fact turns to the real desires of the peasants. Field research was of an exploratory, quantitative-qualitative nature, carried out in November and December 2017, with nine (9) students enrolled in the 2a. and 3a. series B class of the mentioned course and residents in rural communities of the municipalities of Crato, Nova Olinda and Porteiras in the Cariri region, south of the State of Ceará. Mixed questionnaires were used with open and closed questions which sought to verify if there is or not the use of some educational methodologies proper to the field education in the offered education and if the knowledge received by them are being applied or not in practical activities in their communities with a view to generating the permanence of these students in their localities by the generation of environmentally sustainable development. The main interlocutors who supported this work were ARROYO & MANÇANO (2004), BENJAMIN & CALDART (2000), MOLINA & AZEVEDO (2004). The results obtained showed that the technical education in agriculture carried out in the institution researched also has strong elements of traditional rural education and is little contextualized with the social practice of these subjects, which leads us to suggest the adoption of the pedagogical practice of pedagogy of alternation as a way to humanize the teaching offered in the course and to bring students, school and community closer to a better interaction of these in the quest for the quality of education and the sustainable development of these communities through acquired learning.

Key words: Field Education, Rural Education, Social Movements.

LISTA DE ABREVIações E SÍMBOLOS

AAS- Aprendizados Agrícolas
CEB- Câmara de Educação Básica
CEFFAS- Centros Familiares de Formação por Alternância no Brasil
CFR- Casa Família Rural
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE- Conselho Nacional de Educação
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT- Comissão Pastoral da terra
CRUB- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DOEBEC- Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo
EDS- Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EFA- Escola Família Agrícola
EJA- Educação de Jovens e Adultos
ENERA- Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
FO- Folha de Observação
GEPEC- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Educação do Campo
GPT- Grupo Permanente de Trabalho
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA- Ministério da Agricultura
MEB- Movimento Eclesial de Base
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC- Ministério da Educação
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGM's- Organismos Geneticamente Modificados
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PAS- Patronatos Agrícolas
PCN's- Parâmetros Curriculares Nacionais
PE- Plano de Estudo
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PPI- Projeto Profissional do Jovem
TC- Tempo Comunidade
TE- Tempo Escola
UFSCar- Universidade Federal de São Carlos
UNB- Universidade Nacional de Brasília
UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças dos territórios no campo do agronegócio e no campo da agricultura camponesa:	9
Quadro 2 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFCE- Campus- Crato- 2010.....	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico- Percentual de idade	39
Figura 2 - Gráfico- Sexo dos alunos/as	40
Figura 3 - Gráfico- Série cursada pelos alunos/as	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
REFERENCIAL TEÓRICO	5
1 CAPÍTULO I AS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IFCE, CAMPUS CRATO- CE.	13
1.1 A Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância.....	20
1.2 Proposta Pedagógica da Escola Itinerante	21
1.3 Breve análise das Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico em Agropecuária.....	23
2 CAPÍTULO 2 A CIDADE DO CRATO: CONTEXTO HISTÓRICO E AS LUTAS EM SEU TERRITÓRIO.....	31
2.1 Histórico da Instituição Pesquisada, Análise da Matriz Curricular do Referido Curso e sua Contextualização com a Educação do Campo.....	32
2.2 A Pedagogia da Alternância como Possibilidade de Aplicação Didático-Metodológica no Curso Técnico Integral em Agropecuária do IFCE, campus Crato.	37
3 CAPÍTULO 3 RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS	39
4 CONCLUSÕES.....	48
5 REFERÊNCIAS	51
6 ANEXOS	55

INTRODUÇÃO

Durante a minha formação escolar básica sempre dentro de um contexto rural/do campo, senti a grande necessidade de refletir sobre algumas questões e temáticas que permeavam esse espaço de formação. Ser nordestino, filho de trabalhadores rurais, num país que historicamente relegou essa região geográfica do país ao verdadeiro abandono e descaso político-governamental, constituiu fatores ainda maiores de desafios a serem enfrentados na minha formação estudantil. Sempre tive uma forte ligação com a terra e os recursos naturais. Isso suscitou em mim a curiosidade de investigar o que se esconde nos bastidores de um cruel processo de espoliação e de alienação do homem do campo, sobretudo aquele que vende a sua mão-de-obra a preço ínfimo ao grande empresário ruralista. Foi nesse contexto de exploradores e explorados que pude fazer as minhas primeiras analogias ao me deparar com uma forma de trabalho alienante e escravagista nos sertões nordestinos, ainda em tenra idade.

Residi numa comunidade rural que distava quase 8 (oito) quilômetros da escola, instituição esta que também se localizava na zona rural. Durante os anos de formação no ensino fundamental me deparei com uma realidade que infelizmente até hoje perdura nos rincões deste imenso Brasil. Andar a pé pra ir e voltar à escola, a ausência de livros didáticos que dessem um real suporte a difícil tarefa de aprender, merenda escolar inexistente quase na totalidade dos dias e a maioria dos docentes possuíam apenas nível médio de escolaridade e tinham que se desdobrarem para fazer o repasse dos conteúdos tão indispensáveis à formação humanística e ética dos estudantes.

Ao concluir o ensino fundamental e por ser trabalhador rural, decidi que faria uma formação técnica integrada ao ensino médio na área de agropecuária, foi nessa ocasião que enfrentei três longos e exaustivos anos de formação no intuito de puder voltar e de alguma forma contribuir para a melhoria do bem estar do meu povo e da minha comunidade. A formação superior aconteceu na licenciatura em Pedagogia pois já percebia que a docência despertava em mim um profundo interesse e afinidade. Pude ter a oportunidade de ministrar aulas na própria universidade onde me formei, aulas estas ministradas nos cursos de licenciatura em educação do campo, o que me fez sentir ainda mais desejo e aproximação com a educação do/no campo e suas metodologias, objetos de análise da pesquisa de mestrado em Educação Agrícola.

Comecei desde muito jovem a militar nas causas das minorias, dos que se sentem oprimidos e, portanto, se constituem lutadores e lutadoras pela terra, pela água, por justiça social e por outros elementos tão indispensáveis à vida. Foi nesse panorama que reafirmei minha identidade de pertencimento ao campo e as suas inúmeras formas de vida ali presentes. Percebi na ocasião a grande necessidade que há dos alunos tentarem conciliar as suas atividades de estudo, sem ter que se distanciar do núcleo familiar, da presença acolhedora e disciplinadora dos pais como condição de darem andamento a formação educacional dos seus filhos.

Talvez isso tenha me feito analisar inúmeras situações que envolvem a educação rural e do campo e as diversificadas formas de preconceito, discriminação e segregação que esses alunos passam diariamente quando necessitam migrarem para os centros urbanos, para as sedes dos seus municípios. Entendo que enquanto docente, posso de alguma forma intervir no tocante a desconstruir alguns paradigmas e estereótipos que envolvem a educação do/no campo, fatores estes que trazem cada vez mais o que é rural quase sempre tido como sinônimo de atrasado e ultrapassado, e o que é urbano, apontado quase sempre como desenvolvido, mais importante.

A realidade das escolas do campo no Brasil passa por um momento crítico de abandono e sucateamento, um quadro desolador. Segundo dados do Grupo de Estudos e

Pesquisas sobre a Educação no Campo (GEPEC) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), de¹ 2002 para cá foram fechadas mais de 30 mil escolas rurais no país, levando muito mais crianças em todo o país a viver uma dura realidade, marcada por viagens arriscadas em estradas e veículos mal conservados, sem a presença de um monitor para cuidar da segurança, especialmente das crianças menores, durante o trajeto, sem alimentação adequada, com poucas horas de sono e o conseqüente cansaço, fora os outros prejuízos. “sem escola perto de casa, que foi fechada, a tendência é o aluno abandonar os estudos e ficar em desvantagem de oportunidades no campo ou na cidade” assevera o professor Luiz Bezerra Neto coordenador do GEPEC.

Quando as escolas do campo não são fechadas, elas são sucateadas, agravando a situação de falta de infraestrutura. Há unidades sem professores, merendeiras, carteiras, materiais e muitas onde falta até água para beber, nas escolas menores, com poucos alunos, é muito comum a chamada classe multisseriada. Nela, alunos de idades diferentes, em séries diferentes, assistindo aula com o mesmo professor.

Essa difícil realidade das escolas do campo no Brasil expõe a histórica ausência de políticas públicas e de investimentos nesse setor educacional. Isso acentua a dissidência entre urbano e rural no Brasil, e incita o êxodo rural causando o abandono do campo pela ausência de perspectivas de desenvolvimento econômico-social, agravando o inchamento dos centros urbanos carreados por formação de cinturões de miséria e violência uma realidade crescente nas cidades brasileiras.

Não se concebe mais a ideia de se pensar em educação para os povos do campo se não com vistas à sustentabilidade, se não pelos vieses das mudanças de atitudes e ações, isso inclui pensá-la numa visão macro, ampla, integradora, não segregada entre cidade e campo, tendo no segundo elemento, uma forma de educação ainda estereotipada, recheada de preconceitos e discriminação historicamente vivenciados neste país, constituindo-se assim em algo que necessita urgentemente ser corrigido.

Compreende-se assim que o campo necessita de uma educação que valorize a realidade e peculiaridade dos camponeses, sua formação humana contextualizada com sua identidade e realidade local. Nesse aspecto, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), torna-se uma forma eficaz para gerar desenvolvimento humano, com vistas às práticas que respeitam e preservam os recursos naturais.

A Educação do Campo pode ser entendida sob distintas perspectivas, dentre as quais: o Materialismo Histórico Dialético, a Educação popular Freireana e na perspectiva das lutas dos movimentos sociais ligados a reforma agrária e a oferta de uma educação que de fato se volte aos interesses dos povos do campo. Vale destacar que segundo (GADOTTI, 2001) a pedagogia da terra, dentre outras, nasceu em julho de 1997, quando da realização do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), no campus da Universidade de Brasília, (UNB) promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (MOLINA & AZEVEDO, 2004.) Sobre esse aspecto, percebe-se que a educação para os povos camponeses no Brasil já nasce cercada de interesses dos grupos hegemônicos em apoiá-la, em promovê-la, o que deixa nítido o interesse de tais instituições em continuarem influenciando e manobrando as massas, por meio de uma educação não libertadora ofertada a essas populações historicamente espoliadas nesse país.

¹ Dados informados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Educação do Campo- GEPEC- da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2017/03/fechamento-de-escolar-rurais-obriga-criancas-a-passar-mais-tempo-na-estrada-do-que-em-sala-de-aula>

O tipo de Educação do Campo que deveria estar presente no país, deveria ancorar-se sobre modo, nas formas de valorização e respeito a terra e aos seus recursos naturais, o reconhecimento da vital importância do outro nesse processo de construção de conhecimento e acima de tudo na histórica luta de resistência camponesa, que tem seus valores singulares e que vão em direção contrária aos valores e interesses capitalistas. Isso, em suma, constitui a essência da trajetória histórica de luta social encampada pelo MST. (ARROYO & MANÇANO, 2004.)

Apesar de fazer referências a algumas vertentes da educação do campo, adota-se neste estudo, a educação do campo como um processo de luta histórica encampada no seio dos movimentos sociais ligados a luta pela terra e reforma agrária, pela resistência dos camponeses as formas de dominação do agronegócio e pela permanência desses sujeitos no campo, buscando criar alternativas de desenvolvimento de potencialidades naquele ambiente, sobretudo, pela forma de educação proposta pelo Movimento Nacional dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais Sem Terra no Brasil (MST).

A escolha do Curso de Técnico em Agropecuária como universo amostral, se deu devido ao público desse curso se identificar com os saberes e fazeres da terra, além disso, boa parte desses estudantes são oriundos de comunidades rurais. Busca-se ainda descrever as principais metodologias educacionais utilizadas na educação do campo e como estas se voltam para a promoção de um conhecimento acolhedor, humanizado, emancipador e, acima de tudo, com foco na sustentabilidade para um curso técnico em agropecuária. Para melhor entender esse processo de construção e os caminhos já percorridos pela educação do campo no Brasil, torna-se preciso fazer uma retrospectiva de como se deu a educação rural nesse país.

No Brasil, a priori, a educação rural, era pensada sob uma ótica verticalizada, de alienação, exploração, que não libertava os indivíduos, nem os projetavam à sustentabilidade, centrada numa pedagogia dominante, assentada na tradição, o que produzia humilhação para o aprendiz pela forma como o aluno era avaliado. Na ecopedagogia, o educador deve acolher o aluno. A acolhida, o cuidado, é à base da educação para a sustentabilidade. Neste acolhimento, os alunos terão um sentimento de pertencimento a terra e aos seus valores, como algo essencial à manutenção da vida.

Com o estudo, pretende-se lançar bases para que se reinventem, ressignifiquem e redimensionem algumas metodologias da educação do campo que se voltem cada vez mais ao ensinar e aprender com base no respeito e na valorização da terra, como bens necessários à vida, em consonância com outros recursos naturais buscando envolver os alunos nessa simbiose de sustentabilidade e afirmação de identidades ligadas ao meio rural em seus múltiplos contextos.

A pesquisa aqui desenvolvida é de natureza exploratória, quanti-qualitativa, pois esse tipo de pesquisa é aplicada para estudar problemas novos ou pouco conhecidos, onde o ponto de partida é geralmente um conjunto de noções ou suposições e tem como objetivo: identificar, definir e ilustrar fenômenos relevantes, explicar características específicas, efeitos e inter-relações.

Esse tipo de pesquisa é caracterizado por (DENCKER & DA VIÁ, 2001) segundo:

- Finalidade: destina a refinar conceitos, formular questões e hipóteses para futuras investigações;
- Procedimento: em sua operacionalização pode utilizar tanto métodos quantitativos quanto qualitativos, isso envolve:
 - > Revisão da literatura, pesquisa bibliográfica e documental;
 - > Levantamento realizado por meio de entrevistas;
 - > Levantamento de casos semelhantes.

O estudo foi desenvolvido mediante a produção de capítulos que tratam dos seguintes aspectos:

I- As metodologias desenvolvidas na educação do campo e suas contribuições para o curso técnico em agropecuária do IFCE, campus Crato- CE;

II- Histórico da cidade do Crato, as lutas sociais em seu território, histórico da instituição pesquisada, análise da matriz curricular do referido curso e sua contextualização ou não com a educação do campo;

III- Levantamento e análise dos dados da pesquisa no tocante a entender como ocorrem ou não, a aplicação das metodologias de ensino da educação do campo no curso objeto de estudo e dialogar com a comunidade do IFCE sobre essas práticas metodológicas, no tocante a possibilidade de se fazer uma apropriação destas, dentro do referido curso, e por fim, as conclusões acerca da temática pesquisada e formas de difundir os conhecimentos gerados a partir do levantamento, análise e discussão dos dados.

Nesse sentido, foram entrevistados alunos das comunidades do Sítio Santo Antônio, Distrito de Santa Fé, Zona Rural do Município de Crato- Ceará, comunidade Sítio Vieira Grande, Zona Rural do Município de Porteiras- Ceará, e comunidade Sítio São João, Zona Rural do Município de Nova Olinda-Ceará.

Foram realizadas entrevistas por meio da aplicação de questionários mistos, com questões abertas e fechadas aos estudantes matriculados na 2ª. série turma A e 3ª. série turma B, do referido curso no ano de 2017, num total geral de nove estudantes. Salienta-se que a população dos alunos da zona rural da 2ª. série turma A era composta por um total geral de 11 alunos e foram entrevistados 3 alunos e os da 3ª. série, turma B, composta por uma população geral de 10 alunos, onde foram entrevistados 6 alunos. Os critérios principais utilizados na seleção dessas amostras consistem no fato de que os alunos selecionados são residentes na zona rural de distintas áreas geográficas do Cariri cearense, e estarem cursando a 2ª e 3ª. Séries turmas A e B do referido curso no ano de 2017, entendemos que esse público têm condições de responder a contento as indagações da pesquisa.

A referida pesquisa foi submetida à Comissão de ética na pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, sob o número de processo: 23083.020628/2017-19, obtendo deferimento por tal comissão por atender aos princípios e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

Os formulários utilizados na pesquisa como: Termo de consentimento livre e esclarecido- TCLE e o termo de assentimento constam nos anexos do referido trabalho.

Os registros das informações e atividades se deram por meio de fotografias e áudio/vídeo e transcritos na íntegra como resultados obtidos da referida pesquisa. Realizada a análise e interpretação dos dados, serão encaminhados os resultados e algumas considerações que possam suscitar discussões e fortalecer o debate em torno da relevância social e educacional da temática para o referido curso e a instituição.

Buscou-se a partir das respostas obtidas, fazer uma análise e tabulação desses dados, os quais serviram de base para destacar a relevância dos principais aspectos educacionais e sociais do trabalho. Assim, busca-se ainda fazer indicações, apontamentos e sugestões a partir das informações levantadas e sua relação estrita com as vivências dos estudantes em suas comunidades no tocante em perceber formas de fortalecimento de parcerias entre instituição de ensino, seus alunos e a comunidade onde estes estão inseridos. Entende-se que se voltar aos interesses dos sujeitos do campo e ao favorecimento da agricultura familiar, voltando-se sobretudo para a valorização da terra como um fator de permanência no campo, é algo essencial ao bom desenvolvimento profissional e pessoal dos estudantes, tais problemáticas constituem elementos centrais das metodologias educacionais usadas pela educação do campo, características essas que serão citadas e discutidas nos capítulos que seguem.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação do campo necessita ser construída pela coletividade camponesa, valorizando os sujeitos presentes no meio rural e reforçando a preservação da identidade cultural que os tangem. Nesse aspecto, a valorização do espaço do campo e o respeito aos seus sujeitos, torna-se fator decisivo na busca de fazer com que lá não só permaneçam, mas que acima de tudo tenham acesso a uma educação que sirva de fato ao seu pleno desenvolvimento e real inserção política e social. Analisemos o texto abaixo ao discorrer sobre isso:

Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilita a permanência na terra. E nestes grupos há forte centralidade da família na organização não só das relações produtivas, mas da cultura, do modo de vida. Esses grupos sociais para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo. (MOLINA & AZEVEDO, 2004, P.36).

Vivemos numa sociedade marcada essencialmente pelo desrespeito ambiental, e pela superficialidade das relações humanas. Assoladas pelo consumismo desenfreado e o extremo desequilíbrio entre o homem, a terra e os demais recursos naturais. Diante dessa constatação, e da urgente necessidade de mudanças de atitudes neste cenário, percebe-se que a educação do campo pode e muito contribuir para gerar desenvolvimento social sustentável, visto que prima pela valorização das relações entre os indivíduos presentes nesse ambiente, e sua integração às diversificadas formas de desenvolvimento no ambiente social.

Pensar em educação do campo, é pensar essencialmente um projeto de educação que contribua para com a realidade camponesa, entendendo que isto é algo fundamental para a modernização da agricultura brasileira, o que dentre outros aspectos constitui um fator de permanência das pessoas no campo em condições de sobrevivência mais dignas, puxados majoritariamente pela geração e incremento de renda nas suas diversas localidades. Nesse contexto, existe a urgência de investimentos na interpretação e produção do conhecimento da agricultura camponesa. Um primeiro passo é reconhecermos a necessidade da escola do campo ser capaz de ofertar um ensino de qualidade e que se iguale ao ensino ofertado nas zonas urbanas sem distinções, por estarem geograficamente afastadas, valorizar essa condição é o ponto de partida (ARROYO & MANÇANO, 2004).

Compreende-se que “uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população” (ARROYO & MANÇANO, 2004). Hoje, quando discutimos uma educação em um mundo em constantes mudanças e cheio de imensos desafios, não podemos deixar de cobrar a histórica dívida com os camponeses no tocante a terem uma educação relegada a menor importância como tem ocorrido até então. O contexto vivenciado no Brasil ignora a necessidade da existência de um projeto para a escola do campo, que de fato seja capaz de gerar conhecimento valorado, com vistas a real inserção social desses sujeitos. (ARROYO & MANÇANO, 2004.)

Diante disso, é premente citar que os sujeitos matriculados no curso técnico em agropecuária do IFCE campus Crato na modalidade integral, objeto de estudo desse trabalho, são na maioria formados por estudantes oriundos das comunidades rurais da região do Cariri cearense, e são do sexo masculino, quase na totalidade. Esses estudantes vêm de uma prática social ligada ao campo e as atividades lá desenvolvidas. Talvez este seja um dos fatores preponderantes em conduzir esses jovens a optarem por uma formação técnica na área da agropecuária.

Assim, compreende-se que a educação do campo e suas diversas metodologias poderão contribuir significativamente para facilitar o ensino e a aprendizagem no referido curso, constituindo-se em um elemento imprescindível para permitir uma visão holística do campo como espaço de oportunidades e inclusão social, podendo tal estudo vir a contribuir com sugestão de metodologias que ajudem a romper com uma forma de ensino ainda muito ligado à tendência pedagógica tradicional. Sobre isso, analisaremos o texto abaixo:

O sistema formal de educação, em geral, é baseado em princípios predatórios, em uma racionalidade instrumental, reproduzindo valores insustentáveis. Para introduzir uma cultura da sustentabilidade nos sistemas educacionais nós precisamos reeducar o sistema. Ele faz parte do problema, não é somente parte da solução. (GADOTTI, 2008, P.38).

Torna-se assim, indispensável que ampliemos formas de educar as pessoas para a racionalidade na utilização dos recursos naturais, até como forma de garantirmos a sobrevivência das futuras gerações. Assim, é necessário difundir metodologias de ensino que valorizem e instiguem o conhecimento a partir da interação efetiva entre os sujeitos, que os aproximem cada vez mais dos seus valores natos, com a mãe terra, a água, e suas inúmeras interações, sem desprezar o conhecimento formal numa perspectiva de valorização e melhorias da realidade local, constituindo-se em fator determinante de interação social entre os sujeitos do campo e os demais, na busca da redução das gritantes desigualdades sociais e promoção da vida em seus diversos aspectos.

Na realização do estudo aqui proposto, temos como objetivo geral realizar a descrição das principais metodologias educacionais da educação do campo, dando ênfase a pedagogia da alternância como a principal proposta, de modo a conhecer suas contribuições ao curso técnico em agropecuária ofertado pelo IFCE, campus Crato – CE. como objetivos específicos procuramos identificar a contribuição dos movimentos sociais ligados a terra, no processo de construção da educação do campo, conhecer os principais aspectos das lutas enfrentadas pelos movimentos sociais na promoção da educação do campo, descrever os principais aspectos da cidade do Crato região do Cariri, sul do Ceará, e seu pioneirismo no contexto da formação agropecuária e descrever os principais aspectos da pedagogia da alternância em educação do campo, como algo possível de se aplicar ao curso objeto de estudo.

Analisemos abaixo a concepção de (FREIRE, 2011) sobre o que significa fazer educação do campo:

Fazer Educação do Campo é assumir uma postura docente que seja capaz de libertar os sujeitos presentes neste ambiente de tantas forças, grupos e situações que os dominam, os aprisionam. É buscar formas de resistência contra o grande capital que devasta tudo que encontra pela sua frente em nome de um processo de “Progresso e desenvolvimento” trazidos pelo latifúndio e o agronegócio como expressão maior dessa dominação. A educação é processo sociolibertador, e se faz verdadeira pedagogia capaz de construir a nova cultura, a nova política, a nova história na práxis dos (as) educandos (as) como sujeitos: Práxis amorosa que nasce da nova lei, centrada na ética em favor da vida e do respeito às diferentes culturas, que organiza o povo, promove a autonomia e a liberdade possibilitando a esperança em sonhar e realizar um novo mundo, mais justo, bom e humano para todos e todas. (FREIRE, 2011, p.65).

Ainda nessa perspectiva, o referido autor complementa o seu pensamento nos asseverando que:

A educação como processo social para a libertação é contrária ao esquema tradicional cujo objetivo era mudar a mentalidade dos (as) oprimidos (as), segundo os interesses escusos de tais libertadores e não mudar a realidade que os oprimia. A educação libertadora sendo profética (anuncia e denuncia), leva aos seres humanos oprimidos (as) à consciência crítica de seu estado de coisificação e a se reconhecerem como vítimas manipuladas, procurando promover por suas próprias mãos, o processo de libertação pela sua práxis. Deste modo, ela restaura a vocação ontológica e histórica dos seres humanos perdida nos regimes opressores. A consciência crítica tem como objetivo levar os seres humanos a assumirem o seu papel de conhecerem a desumanização, este conhecimento leva a tomadas de atitudes diante do mundo desumanizado. O ponto de partida da educação como processo de libertação e autonomia, é o ser humano oprimido (a): E caso ele esteja ausente deste processo então se pode incorrer no risco da adoção de métodos e formas de ação que o reconduzam a condição de objeto. Esse homem e essa mulher são seres de raízes espaço temporais, consciente de sua incompletude e em busca de ser mais no mundo e com o mundo, somente mulheres e homens autônomos podem construir criticamente e coletivamente sua emancipação. (FREIRE, 1980, p. 57-87).

Para Freire a Educação do Campo implica que os integrantes da realidade do campo aprendem com essa realidade em comunhão com o conjunto que constitui essa sociedade e na Educação para o Campo o “para” indica que alguém ou alguma instância ou instituição superior estabeleceu o que é melhor para ser aplicado naquela situação e contexto. Assim, a Educação do Campo se caracteriza como dinâmica em construção de processo educativo voltado para a libertação, à autonomia e emancipação humana e a Educação para o Campo se caracteriza como proposta caracterizada como educação bancária que garante a dependência e a submissão.

Esse tipo de educação pensada como mecanismo de dominação dos povos do campo, precisa ser combatido com veemência por entendermos que a busca pela autonomia e a libertação desses sujeitos é condição necessária para garantir uma Educação do Campo com maior qualidade e promoção social desses indivíduos.

É notório que a Educação do Campo no Brasil sofreu grandes interferências do pensamento Freireano, principalmente enquanto bandeira de luta do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra do Brasil- MST, em implantar um modelo de educação voltado para as reais necessidades dos povos camponeses. Nisto, analisemos sob quais perspectivas foram idealizadas a Educação do Campo pelo MST.

Queremos que os educandos possam ser mais gente e não apenas sabedores de conteúdos ou meros dominadores de competências ou habilidades técnicas. Eles precisam aprender a falar, a ler, a calcular, confrontar, dialogar, debater, duvidar, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber, articular o pensamento próprio, o sentimento próprio,... e fazer tudo isto sintonizados com o projeto histórico do MST, que é um projeto de sociedade e de humanidade. Por isto em nossa Escola é vital que as educadoras cultivem em si e ajudem a cultivar nos educandos a sensibilidade humana, os valores humanos (MST n.9, 1999, p. 205).

Nessa perspectiva, e pensando em alternativas para o desenvolvimento social no campo, o setor de Educação do MST (Movimento Social de uma população em luta, em transição e que estabelece as condições de existência) possui várias experiências nas escolas de ensino fundamental, no curso de magistério e agora no curso de pedagogia, sendo assim trazem como exemplos concretos na perspectiva de construção desse projeto de educação a defesa dos seguintes pontos segundo afirma (ARROYO & MANÇANO, 2004.) 1. Criação de um projeto para a educação no meio rural por uma escola do campo; 2. Produção de materiais didáticos voltados para a realidade da agricultura camponesa; 3. Uma educação que valorize a vida no campo: uma escola com identidade própria; 4. Uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da vida, para promoção humana; 5. Uma escola pública em todos os

acampamentos e assentamentos; 6. Uma gestão pedagógica da comunidade; 7. Uma escola solidária com as pessoas e as organizações que tenham projetos de transformação social.

Diante disso, (BENJAMIN & CALDART, 2000) afirmam: “Existe uma nova prática de Escola que está sendo gestada nesse movimento.” Educadores já percebem que existe algo diferente e que pode ser uma alternativa que possibilite um novo horizonte de trabalho na educação. A educação do campo atua num amplo processo de humanização e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos do seu próprio destino, de sua própria história.

A história da educação do campo, inegavelmente surgiu a partir da luta, do inconformismo de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras, jovens e até crianças dos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária, onde foram aos poucos descobrindo que as escolas tradicionais não têm lugar para sujeitos como eles, assim como não costumam ter lugar para outros sujeitos do campo, ou porque sua estrutura formal não permite o ingresso, ou porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus valores, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar. (BENJAMIN & CALDART, 2000.)

No contexto originário da Educação do Campo há como elementos principais: o campo e a situação social objetiva das famílias trabalhadoras nessa época, com o aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida, o aumento da desigualdade social e da exclusão; a barbárie provocada pela implantação violenta do modelo capitalista de agricultura; ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação e a escola para os camponeses, trabalhadores do campo; ao mesmo tempo, a emergência de lutas e de sujeitos coletivos reagindo a esta situação social; especialmente as lutas camponesas e, entre elas, a luta pela terra e pela reforma agrária como antes já citado.

Além disso, o debate de uma outra concepção de campo e de projeto de desenvolvimento que sustente uma nova qualidade de vida para a população que vive e trabalha no campo; vinculadas ou não a estas lutas sociais, a presença significativa de experiências educativas que expressam a resistência cultural e política do povo camponês frente às diferentes tentativas de sua destruição. Nesse interim, “A educação do campo talvez possa ser considerada uma das realizações práticas da Pedagogia do oprimido, à medida que afirma os pobres do campo como sujeitos legítimos de um projeto emancipatório e, por si mesmo, educativo.” (MOLINA & AZEVEDO, 2004.)

A visão de campo da educação do campo é um processo ainda em construção. É um dos desafios do debate político e teórico em curso. Assim sendo, vejamos algumas questões e posições que já foram incorporadas a esse ideário:

- a) A Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses. [...] Combina com reforma agrária, com agricultura camponesa, com agroecologia popular;
- b) A Educação do Campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas;
- c) A Educação do Campo defende a superação da antinomia rural e urbana e da visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano;
- d) A Educação do Campo participa do debate sobre desenvolvimento, assumindo uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente que ainda predomina em nosso país, e reforçando a ideia de que é necessário fazer do campo uma opção de vida digna. (MOLINA & AZEVEDO, 2004, P. 15-6).

Compreende-se assim que a educação do campo possui um histórico de resistência as formas elitizadas de dominação do grande e hegemônico capital e sua conseqüente expropriação dos sujeitos do campo, que possui suas raízes fincadas no seio dos movimentos sociais, especialmente os que lutam pela terra, onde pode-se afirmar concordando com (MOLINA & AZEVEDO, 2004.) que: “[...] somente se tornará uma realidade efetiva, como

ideário, projeto educativo e política pública de educação, se permanecer vinculada aos movimentos sociais.” É portanto nesse universo que ela se reforça e se fortalece como algo possível de mudar uma difícil realidade de dominação e exclusão social posta a séculos neste país aos povos do campo.

Mediante as principais diferenças entre o que propõe a educação do campo e a educação rural tradicional, voltada à sustentação das elites ruralistas, analisemos a seguir a que se propõe cada uma delas. De um lado a educação do campo tendo como sua prioridade maior a defesa das lutas sociais pela terra, as questões históricas e culturais das comunidades e a agricultura de base familiar. Do outro lado, a educação rural tradicional a serviço do grande capital, dando prioridade ao agronegócio e a preservação dos latifúndios, os quais sempre sustentaram as classes abastadas do setor rural neste país. Assim sendo, vejamos:

O paradigma da educação do campo é fruto e semente desse processo porque é espaço de renovação dos valores e atitudes, do conhecimento e das práticas. Instiga a recriação de sujeitos do campo, como produtores de alimentos e de culturas que se constitui em território de criação e não meramente de produção econômica. O campo não é somente o território do negócio. É, sobretudo, o espaço da cultura, da produção para a vida. (MOLINA & AZEVEDO, 2004, P. 50).

As autoras expõem para ilustrar melhor suas ideias um quadro explicando as diferenças dos territórios no campo do agronegócio e no da agricultura camponesa, como podemos ver a seguir:

Quadro 1 - Diferenças dos territórios no campo do agronegócio e no campo da agricultura camponesa:

CAMPO DO AGRONEGÓCIO	CAMPO DA AGRICULTURA CAMPONESA
<p>Monocultura - Commodities Paisagem homogênea e simplificada;</p> <p>Produção para exportação (preferencialmente) Cultivo e criação onde predomina as espécies exóticas;</p> <p>Erosão genética; Tecnologia de exceção com elevado nível de insumos externos;</p> <p>Competitividade e eliminação de empregos;</p> <p>Concentração de riquezas, aumento da miséria e da injustiça social;</p>	<p>Policultura - uso múltiplo dos recursos naturais;</p> <p>Paisagem heterogênea e Complexa;</p> <p>Produção para o mercado interno e para exportação;</p> <p>Cultivo e criação onde predomina as espécies nativas e da cultura local;</p> <p>Conservação e enriquecimento da diversidade biológica;</p> <p>Tecnologia apropriada, apoiada no saber local, com base no uso da produtividade biológica primária da natureza;</p> <p>Trabalho familiar e geração</p>

<p>Êxodo rural e periferias urbanas inchadas;</p> <p>Campo com pouca gente;</p> <p>Campo do trabalho assalariado (em decréscimo);</p> <p>Paradigma da educação rural;</p> <p>Perda da diversidade cultural.</p> <p style="text-align: center;"><u>AGRO-NEGÓCIO</u></p>	<p>de emprego;</p> <p>Democratização das riquezas: -desenvolvimento local Permanência, resistência na terra e migração urbano - rural;</p> <p>Campo com muita gente, com casa, com escola...;</p> <p>Campo do trabalho familiar e da reciprocidade;</p> <p>Paradigma da Educação do Campo; Riqueza cultural diversificada -festas, danças, poesia, música - exemplo: o Mato Grosso é o maior produtor brasileiro de milho e não comemora as festas juninas. Já no Nordeste...</p> <p style="text-align: center;"><u>AGRI-CULTURA</u></p>
---	---

Fonte: MOLINA & AZEVEDO- 2004, p.50, 51.

O modelo de educação para essas duas grandes vertentes não podem ser a mesma, pois as realidades que as permeiam como mostra o quadro são muito contrastantes, e assim, seguem rumos e finalidades distintas, encontrar assim uma educação capaz de viabilizar a agricultura de base familiar, ecologicamente sustentável e solidariamente justa seja talvez uma solução possível. Nesse aspecto a educação do campo possui diversas metodologias e pedagogias próprias, as quais veremos a seguir conforme: (CALDART & BENJAMIN, 2000, p. 33- 37.)

a) **Pedagogia da luta social:** essa pedagogia educa para uma postura diante da vida que é fundamental para a identidade de um lutador do povo: [sic] segunda ela, nada é impossível de mudar e quanto mais inconformado com o atual estado de coisas mais humana é a pessoa. A luta social educa para a capacidade de pressionar as circunstâncias para que fiquem diferentes do que são. É a experiência de que quem conquista algo com luta não precisa ficar a vida toda agradecendo favor;

b) **Pedagogia da organização coletiva:** ela brota da raiz que nasce de uma coletividade que descobre um passado comum e se sente artífice do mesmo futuro. Esta pedagogia tem também a dimensão de uma pedagogia da cooperação, que brota das diferentes formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos, a partir dos princípios e objetivos da nossa luta pela Reforma Agrária e por um novo jeito de fazer o desenvolvimento do campo. [...] Quando a escola funciona como uma cooperativa de aprendizagem, onde o coletivo assume a corresponsabilidade de educar o coletivo, torna-se um espaço de aprendizagem não apenas de formas de cooperação, mas principalmente de uma visão de mundo, onde uma cultura, onde o “natural” seja o pensar no bem de todos e não apenas em si mesmo;

c) **Pedagogia da Terra:** brota da mistura do ser humano com a Terra (Gaia), nessa pedagogia, a Terra é ao mesmo tempo o lugar de morar, de trabalhar, de produzir, de viver, de morrer, e cultivar os mortos. Ajuda a perceber a historicidade do cultivo da terra e da sociedade, o manuseio cuidadoso da terra-natureza para garantir mais vida;

d) **Pedagogia do trabalho e da produção:** brota do valor fundamental do trabalho que gera a produção do que é necessário para garantir a qualidade de vida social e identifica o Sem Terra com a classe trabalhadora. [...] Pelo trabalho o educando produz conhecimento, cria habilidades e forma sua consciência. Em si mesmo o trabalho tem uma potencialidade pedagógica, e a escola pode torná-lo plenamente educativo, à medida que ajude as pessoas a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana;

e) **Pedagogia da cultura:** brota do modo de vida produzido e cultivado pelo movimento, do jeito de ser e de viver dos Sem Terra, do jeito de produzir e reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte... A pedagogia da cultura tem como uma de suas dimensões fortes a pedagogia do gesto, que é também pedagogia do símbolo e pedagogia do exemplo. [...] Parte do pressuposto de que se aprende fazer e aprende a ser, olhando como os outros fazem e o jeito como os outros são;

f) **Pedagogia da escolha:** brota dos múltiplos gestos e escolhas que as educadoras e os educandos fazem, compreende que somos seres de escolhas permanentes e delas dependem os rumos das nossas vidas e dos processos históricos em que estamos inseridos;

g) **Pedagogia da história:** brota do cultivo da memória e da compreensão do sentido da história e da percepção de ser parte dela, não apenas como resgate de significados, mas como algo a ser cultivado e produzido. A memória coletiva é fundamental para construção de uma identidade.

. A partir de tais pedagogias percebe-se que a educação do campo e suas formas de reflexão e reconstrução da realidade, estão intimamente ligadas às lutas sociais, especialmente ao MST, que se caracteriza essencialmente por ser um movimento de resistência e de busca por uma educação que sirva verdadeiramente aos interesses dos povos do campo, que contrarie os desmandos do Estado e sua forma dominadora de gerar exclusão social, isso por meio de uma educação bem articulada, pensada não para os sujeitos do campo, mas com eles, algo que de fato impacte nas suas vidas e comunidades no que tange a criação de oportunidades no campo e gerem assim uma vida melhor para todos.

As comunidades rurais no Brasil, especialmente o público jovem, foram relegadas a viverem por décadas à margem do desenvolvimento. Sem acesso eficaz aos serviços essenciais ao desenvolvimento humano, inclusive a educação. A educação do campo visa valorizar ainda mais a realidade de quem vive e trabalha na terra, fortalecendo o vínculo do professor com a escola e a comunidade, buscando oferecer mais oportunidades de desenvolvimento a partir de arranjos produtivos locais.

A vida no campo também ensina, pulsa forte. Esse é o preceito básico da Pedagogia da Alternância que é uma das diversas propostas metodológicas usadas pela educação do campo. A metodologia foi criada por camponeses da França em 1935. No Brasil, a iniciativa chegou com uma missão jesuíta, no Espírito Santo, em 1969. Logo se espalhou por 20 estados. Neste modelo, os alunos têm seus estudos divididos em Tempo-Escola (TE) e Tempo-Comunidade (TC), que os possibilitam desenvolver a aprendizagem: pesquisando, praticando, comparando, inovando em suas comunidades, gerando conhecimento valorado e desenvolvimento sustentável.

O cotidiano no campo, não tem sido dos mais fáceis, jovens e mulheres em especial, vivem sem perspectivas de melhoras efetivas em suas localidades, passando constantemente por um processo cruel de aculturação e desvalorização promovidos pelo Estado e apoiados pelas grandes mídias, que fragilizam muitas formas de interações e conhecimentos existentes em suas comunidades. Sobre isso analisemos o texto abaixo:

Ser ou não ser sertanejo é uma questão que se coloca hoje com persistência, especialmente para os jovens que não vêem no Sertão as oportunidades que almejam. A rápida entrada dos meios eletrônicos no Sertão, trazendo um turbilhão de informações sobre um modo de vida estranho a esse lugar, propiciou a criação de novos anseios e desejos em uma população, que na verdade foi deixada de fora do processo de desenvolvimento implementado pelo sistema econômico e político dominante. (CHACON, 2007, p.32).

A educação do campo e suas metodologias, sobretudo dentro do curso técnico em agropecuária integral ofertado pelo IFCE, deverá buscar alcançar a sustentabilidade envolvendo elementos que passam sobretudo pela construção colegiada, participativa, onde o sentimento de pertencimento e de valorização da terra, e tudo que lá é produzido, deverá ser bastante difundido entre os alunos no tocante a vislumbrarem oportunidades de crescimento, de desenvolvimento de potencialidades presentes neste espaço que trarão grandes implicações para a vida social, econômica e política de todos. Esta forma de educação, assenta-se sobre a valorização e o resgate dos valores culturais, éticos, de valorização e reconhecimento do outro, de partilhas entre os indivíduos, de compartilhamento de vivências e experiências ainda muito presentes no meio campesino.

Nesta perspectiva, (CHACON, 2007), salienta que a racionalidade econômica deve dar espaço à racionalidade ambiental, que implicaria na formação de um novo saber e na integração interdisciplinar do conhecimento, o que possibilitaria a compreensão dos sistemas socioambientais em toda a sua complexidade.

Portanto, urge a necessidade de utilizar métodos que possibilitem uma educação comprometida com a realidade local, com a sustentabilidade, com as lutas dos grupos socialmente excluídos, do envolvimento direto com a integração social desses atores presentes no meio rural, tendo os recursos naturais não apenas como matéria prima deste processo, mas principalmente como aliados na construção de uma aprendizagem com vistas a humanização dos sujeitos e forte respeito a terra, suas formas de produção e as implicações positivas desses aspectos nas comunidades lá existentes.

1 CAPÍTULO I

AS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IFCE, CAMPUS CRATO- CE.

O processo de luta pela educação do campo não pode ser entendido isoladamente, ele surge como resultado de lutas e iniciativas dos movimentos sociais para com a construção de uma educação voltada para essa realidade, entre eles, o MST (Movimento dos Sem-Terra).

O MST surge em 1984, mas é no ano de 1987 que se iniciava, mesmo que timidamente, as discussões sobre educação. Isso ocorreu no Encontro Nacional do MST, no qual havia uma faixa recepcionando os participantes, em que estava escrita a frase: “Sem estudo não vamos a lugar nenhum”. Em 1989, alguns princípios foram expostos em um documento, e dentre os princípios estão: “estimular e dedicar-se aos estudos de todos os aspectos que dizem respeito às nossas atividades no movimento” (CALDART, 2004.)

Já em 1997, após o Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no Brasil, efetivado a partir do Fórum das Instituições de Ensino Superior em Apoio à Reforma Agrária, por meio de um convênio entre o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), articulou-se o Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), promovido pelo MST, com o apoio de outras instituições ligadas a terra e aos movimentos sociais. Tal evento contou com a participação de aproximadamente 700 pessoas, entre as quais estavam representantes de universidades, educadores, assentados, acampados, entre outros.

É nesse encontro que surge então os primeiros passos para a criação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), “enquanto política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário”- MDA (CANALI, 2007) como também para a ampliação de pesquisas universitárias em favor do tema.

Em relação ao PRONERA, este fora concebido por meio de uma busca coletiva e iniciou sua atuação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) destinada aos assentados, alargando posteriormente sua atuação através de cursos técnicos e de nível superior, entre eles o curso normal (Magistério), para professores do campo, e curso de Pedagogia, para assentados. Essas ofertas ocorreram em vários estados.

As mesmas entidades que articularam o 1º ENERA, em 1998, com o intuito de dar prosseguimento às propostas e conquistas desse encontro organizaram a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que trouxe como Slogan a frase “Por uma educação Básica do campo: semente que vamos cultivar”, e, conforme salienta (MOLINA, 2003), teve como objetivo “contribuir para recolocar o campo e a educação que a ele se vincula na agenda política do Brasil”.

A Conferência de 2004, com um slogan mais característico das lutas sociais, se compararmos ao da primeira Conferência, e que perdura até hoje, ou seja, “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”; propôs entre outras ações: Articular e coordenar a construção de uma Política Nacional de Educação do Campo, em parceria com o governo federal e movimentos sociais [...]; Criar uma política de financiamento diferenciado para a Educação do Campo; Regulamentar o regime de colaboração e cooperação entre as três esferas do Poder Público [...]; Articular uma política de Educação do Campo [...] para a

promoção do desenvolvimento sustentável do campo, priorizando os seus sujeitos; Incorporar a Educação do Campo nos Planos Estaduais e Municipais de Educação assegurando a participação dos movimentos sociais no acompanhamento da sua execução; Garantir a participação dos Movimentos Sociais nos Conselhos de Educação Nacional, Estaduais e Municipais, e em outros espaços institucionais.

Os movimentos sociais ligados a terra e a reforma agrária no Brasil, conseguiram significativos avanços por meio de sua luta tais como: promulgação da Resolução nº 1, de 3 de Abril de 2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC); como também a criação, pelo MEC (Ministério da Educação), do Grupo Permanente de Trabalho (GPT) de Educação do Campo, pela Portaria nº. 1374, de 03 de Junho de 2003, com o intuito de promover a discussão com relação à implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Por todos esses aspectos, podemos afirmar que a educação do campo surgiu pela intensa mobilização e luta dos movimentos sociais, tanto por reforma agrária quanto por uma educação própria do/no campo, considerando que estes, conhecem com profundidade as reais necessidades de uma educação que efetivamente seja capaz de melhorar a vida dos camponeses.

O Brasil possui um grave e histórico problema de distribuição de terras. É nesse contexto que os movimentos sociais ligados a terra como o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e o Movimento Eclesial de Base-MEB, têm encampado essa luta. Nesse aspecto, (CALDART, 2007) enfatiza que a educação do campo nasceu da grande mobilização dos movimentos sociais por uma política educacional que de fato contemplem as carências dessas comunidades, nasceu da combinação de diversos movimentos sociais ligados a terra e a reforma agrária na busca de que as comunidades rurais não fossem espoliadas de suas escolas, suas comunidades, suas experiências educacionais, seus territórios, suas identidades.

Ainda, segundo (MUNARIM, 2006) o processo de construção de uma política pública para a educação do campo não teve início com o Ministério da Educação- MEC, e sim, com os movimentos que iniciaram-se antes no seio da sociedade civil organizada, mais propriamente dizendo, no seio dos movimentos e organizações sociais do campo, em forma de experiências de educação popular na forma dos seus quadros dirigentes e de suas bases, recentemente reivindicando uma escola pública de qualidade como “direito de todos e dever do Estado”. Desta forma, sob intensa pressão de tais movimentos e um bom nível de organização destes é que o MEC começa a dar ouvidos a grande demanda de criar políticas que assegurem uma boa educação do campo, como já determina a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN- Lei Nº. 9.394/96) ao determinar que haja a adequação do calendário escolar às peculiaridades da vida rural e de cada região, medida esta que sinaliza claramente a utilização da pedagogia da alternância utilizada amplamente como prática pedagógica da educação do campo.

A inserção da educação do campo como uma temática de relevância nas secretarias estaduais e municipais de educação se deve à força política dos movimentos sociais do campo, especialmente o MST que, desde o final dos anos 80 tem produzido materiais pedagógicos de âmbito teórico-metodológico sobre a escola necessária aos trabalhadores rurais. Além disso, sua luta se destaca também pelo reconhecimento dos territórios marcados pelo trabalhador rural, seja ele: assentado, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros.

Salienta-se que a força política do MST reside em suas três frentes de ação na educação: reivindicação, proposição e ação pedagógica nas escolas localizadas nos assentamentos da reforma agrária ou nos acampamentos. Assim sendo, o movimento demandou inicialmente escolas públicas para o campo refutando a prática pedagógica

marcada por conteúdos descontextualizados da realidade que permeia o campo nesse país, em seguida, provocou uma ruptura na concepção de educação e de povos do campo, buscando priorizar os interesses dos próprios trabalhadores rurais e por fim, o movimento em conjunto com a sociedade e o Estado têm provocado ações pedagógicas voltadas à educação do campo demarcando o que se denomina de políticas da educação do campo, que inclui: políticas de formação de educadores e educadoras das escolas do campo, e política de reconhecimento das territorialidades dos povos do campo. O que se constitui em algo essencialmente importante e necessário para que a educação do campo se firme cada vez, haja vista que esse tipo de educação liga-se diretamente a valorização da terra e dos sujeitos ali residentes em seus distintos contextos.

O homem reproduz em seu cotidiano aspectos do que lhe foi ensinado, isso inclui as suas vivências e experiências acumuladas ao longo de sua trajetória histórica. Nessa perspectiva, e percebendo as difíceis condições que se encontram a oferta de uma educação que vise sobretudo a valorização da terra e dos demais recursos ambientais, tendo o homem como ser integrador desse complexo sistema, e visto como um elemento central na luta por reequilibrar esse ambiente, procura-se aqui discorrer sobre a educação do campo e fazer um comparativo com a educação rural, modelo este adotado pela grande maioria das instituições que promovem o ensino técnico agropecuário neste vasto país. Para tanto, focando na análise das disciplinas do referido curso ofertado pelo IFCE, campus Crato.

Conhecer a trajetória histórica de nascimento da educação do campo e os seus contrastes com a educação rural se faz necessário para entender os marcos do seu desenvolvimento e sua atuação, nesse contexto, sobre a temática, analisemos a afirmativa abaixo:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas. (MANÇANO, 2008, p.69)

Percebeu-se ao longo do processo educacional no Brasil que a educação rural ofertada por décadas nesse país não contemplava os reais anseios da população que residiam no campo, prova disso é que o campo foi ficando aos poucos esvaziado principalmente pelos jovens que migravam para os grandes centros urbanos vislumbrando novas perspectivas de trabalho, educação e renda, o que não estavam encontrando em suas localidades. A partir dessas constatações começaram a surgir movimentos puxados pelo Movimento Sem-Terra e outras instituições sociais lutando por políticas educacionais que realmente satisfizessem as comunidades camponesas, movimentos estes que nascem dentro dos assentamentos, no seio também das instituições sociais que lutam por um modelo de educação realmente voltado para os interesses dos povos do campo e o conseqüente desenvolvimento destes. Vejamos o trecho abaixo:

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse a sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade. (MANÇANO, 2008, p.69.)

Infere-se assim que a educação do campo, é algo que busca fazer com que os sujeitos do campo se sintam de fato parte integrante desse fazer educacional, onde na medida que eles lutam para construí-lo, lutam também para disseminá-lo, aprimorá-lo cada vez mais. Nessa perspectiva, a educação do campo torna-se incluída, abrangente, possui uma importância ímpar no sentido de politizar esses sujeitos e projetá-los ao desenvolvimento atrelado sempre às necessidades locais, buscando sobretudo perceber que o campo carece de políticas de valorização educacional sérias e comprometidas. O campo é mais do que nunca um espaço onde a vida é cada dia mais intensa, pulsante, o lugar onde o processo de interação social necessita acontecer sempre convergindo para com a sustentabilidade ambiental, agroecológica, econômica e social das pessoas ali residentes.

Isso remete à luta por uma educação construída coletivamente, algo que parte decisivamente dos anseios dessas pessoas presentes nesse ambiente, uma educação que não sirva apenas e tão somente como um mero instrumento legal que justifique a presença do Estado, aonde bem sabe-se não tem gerado autonomia de pensamento e mudanças positivas de ações e atitudes. A luta por uma educação do campo necessita cada vez mais de engajamento dos sujeitos, é uma conquista que sem dúvidas trará grandes impactos nas localidades, isso passa por uma questão até de autoafirmação desses sujeitos no tocante ao sentimento de valorização dos seus lugares, do pertencimento a terra, dentre outras questões envolvidas nesse contexto.

O debate sobre a educação do campo na visão de (MANÇANO, 2008) passa por uma questão de trabalho no campo, ideia esta que traz colada a dimensão da cultura, vinculada às relações sociais e aos processos produtivos da existência social no campo. Isso demarca uma concepção de educação. Integra-nos a uma tradição teórica que pensa a natureza da educação vinculada ao destino do trabalho. É fato que as relações de trabalho permeiam o homem e sua formação educacional desde os primórdios, de modo que se torna impossível dissociá-lo dessa dimensão. No tocante aos sujeitos habitantes no campo, essa relação se torna ainda mais presente dada à necessidade de ter no manejo da terra, no cuidar dos animais e no uso dos recursos ambientais, uma forma de atrelar teoria e prática, buscando a práxis educativa, onde os estudantes devem aprender e aplicar esse conhecimento no sentido de melhorar a convivência e a sobrevivência nessas comunidades.

[...] É dessa tradição o acúmulo de pensar a dimensão formativa do trabalho, do vínculo da educação com os processos produtivos, de como não é possível pensar/fazer a educação sem considerar os sujeitos concretos e os processos formadores que os constituem como seres humanos desde a *práxis* social. Uma tradição que nos orienta a pensar a educação colada à vida real, suas contradições, sua historicidade; a pretender educar os sujeitos para um trabalho não alienado; para intervir nas circunstâncias objetivas que produzem o humano. (MANÇANO, 2008, p.78).

Entende-se assim que uma educação de cunho ruralista, pensada estrategicamente dentro de uma visão que privilegia o grande capital, o agronegócio e todas as suas formas de devastação, definitivamente não serve para os povos do campo. Esse tipo de educação que gera exclusão, expropriação, foi idealizada para tão somente manter as pessoas em um grau de alienação tão severo que se quer conseguem, em sua maioria, questionar as relações de dominação postas, ou as inúmeras situações de violências sofridas durante anos e anos de domínio que remontam o período colonialista no Brasil, embasado numa visão de que filho de trabalhador continuará sendo filho de trabalhador, num ambiente precário, com uma educação à conta-gotas, sem terem em suas comunidades acesso amplo aos bens e conhecimentos construídos por milênios pela humanidade.

Vale destacar, em consonância com o pensamento do autor acima referenciado que a visão liberal também pensa a relação entre educação e trabalho, e mais ainda, a relação entre educação e “modelo de desenvolvimento”, onde a educação subordina-se as relações de trabalho, se moldando aos interesses do mercado capitalista do trabalho, uma relação que muda de acordo com o momento sócio histórico vivido, e a escola nessa relação sofre interferências severas e diretas, no tocante a suprir tal demanda. Nesse aspecto, chamamos a atenção ao que se propunha a educação rural: “uma visão pragmática e instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento de campo. Isso não tem nada de emancipatório: e ainda menos quando se trata de uma visão setorial de desenvolvimento ou da lógica dominante de pensar a produção apenas na dimensão do negócio”. Não se pode mais pensar uma educação para os povos do campo, se não pelo viés do desenvolvimento pleno, integrador, dentro de uma visão de libertação dos sujeitos. Algo que de fato os conduzam a pensarem e agirem de forma autônoma.

O campo, na perspectiva da agricultura familiar no Brasil, foi tido historicamente como fator gerador de pobreza e miséria. Falo o campo, não no sentido do agronegócio, não pelo viés das altas tecnologias agrícolas utilizadas pelas grandes empresas rurais que usam a terra como um fator apenas e tão somente de meio de produção e favorecimento a geração de reservas capitais. Reportamo-nos ao campo no sentido de ser o espaço daqueles que são tidos como relegados a própria sorte, aos que sofrem diariamente um doloroso e violento processo de aculturação e domínio por aqueles que utilizam o campo para adquirirem mais riquezas e poder. Apesar disso, e como já antes mencionado, os movimentos sociais, mais especificamente aqueles ligados ao campo, se mobilizaram e buscaram nas últimas décadas a união em torno de um projeto de educação de campo que de fato der suporte a um novo panorama que emerge da agricultura familiar como uma fonte sustentável de gerar desenvolvimento em áreas antes esquecidas pelas políticas públicas e pela ausência de ações governamentais sérias que tentassem sanar essas principais dificuldades.

Nesse contexto, têm surgido “novas políticas públicas que passaram a ser gestadas no âmbito nacional, tais como: (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; dentre outros) que apontam para a construção de novos projetos de desenvolvimento sustentável para o país. Tais programas visam sobretudo levar mais justiça social para as populações residentes nas áreas rurais, e de certa forma tentam fomentar uma melhor qualidade de vida dessas pessoas por meio da melhoria da agricultura familiar e contribuição para a organização sócio-política dos camponeses.

No ensejo dos debates sobre as políticas públicas para o campo, os movimentos sociais entenderam que a construção de novos projetos de desenvolvimento sustentável passa pela produção de novos saberes no e sobre o campo, que impulse a agricultura familiar através da produção de novos conhecimentos e tecnologias associadas à produção sustentável. Daí a importância de lutar pela construção de um projeto de educação do campo que possa, não só levar os conhecimentos aos jovens do campo, mas fomentar a produção de saberes específicos inerentes às formas de viver e produzir no campo, envolvendo os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos. (LIMA & SILVA, 2011.) Ainda nesse aspecto, os movimentos sociais vêm lutando por uma educação capaz de reconhecer as diversidades socioculturais do campo, que possibilite a valorização dos saberes e das culturas vivenciadas pelas populações camponesas ao longo dos tempos. Uma educação que partisse dos saberes dos povos do campo, problematizando-os a fim de construir novos olhares críticos acerca daquela realidade e de suas possibilidades de desenvolvimento (LIMA, 2011). Ou seja, “A ideia era reivindicar e simultaneamente construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades

culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses” (BRASIL, 2007.)

Assim, torna-se claro que de 2001 para cá, os movimentos sociais avançaram muito em suas conquistas, um desses avanços constitui-se da instituição das Diretrizes Operacionais da Educação Básica para a Escola do Campo, isso representa uma grande vitória no sentido de haver reconhecimento de que a educação do campo precisa de um pensar e um agir que se adequem às realidades desse espaço. Isso inclui um repensar de práticas educacionais, um modelo de gestão que valorize a cultura local, que consiga integrar as necessidades formativas dessas pessoas às suas diversas formas de produção e de trabalho.

Tais diretrizes criaram um marco legal, obrigando, em seu artigo 13, que os sistemas de ensino reconstruam seus projetos de formação para o campo com base nos seguintes componentes:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (LIMA & SILVA apud BRASIL, 2003, p.3).

É possível, com base no acima exposto, assegurar que as diretrizes conduzem a políticas públicas sobre a educação do campo onde estas desempenham um papel fundamental no tocante a permanência do homem no campo, por meio de formas de interação muito mais marcantes entre esses sujeitos. Possibilitando assim, um novo refletir, um repensar das práticas com vistas ao desenvolvimento social realmente sustentável. Isso passa por promover oportunidades no campo de acesso ao conhecimento de forma valorado, onde os estudantes habitantes nesse meio percebam as relações sociais, políticas e econômicas que ocorrem no Brasil e no mundo, mais sem perder de vista a tão importante ligação com os valores, culturas e tradições locais.

No que concerne às propostas metodológicas da educação do campo, veremos agora quais são e como estas se desdobram na promoção da aprendizagem dos estudantes. Antes, no entanto, torna-se necessário fazer uma diferenciação entre o que é educação rural e educação do campo.

De acordo com (CAMACHO, 2011 & RIBEIRO, 2013) a educação rural é uma educação domesticadora, neoliberal e urbanizada, comprometida com a reprodução do processo de manutenção da ordem estabelecida, de desterritorialização do campesinato e da subordinação do mesmo ao capital. Esta modalidade favorece ao agronegócio, buscando estabelecer a cultura urbana no meio rural. A mesma foi proposta pelas elites agrárias como forma de superação da cultura camponesa, vista como atrasada e os sujeitos do campo como ignorantes, exaltando o modo de vida urbano e desvalorizando a vida no campo.

A educação rural no Brasil quando do seu surgimento estava atrelada a um papel pedagógico advindos de uma elite ruralista baseada em objetivos nacionalistas, exaltação da natureza e vocação agrária do brasileiro, visando sobretudo o princípio da “adequação e ajustamento” da classe trabalhadora rural aos interesses dominantes. O movimento ruralista revela-se na face político-ideológica nesse contexto acima descrito, colocando-se ao lado dos interesses das oligarquias rurais. Nessa perspectiva, os preconizadores do “ruralismo pedagógico”, ensinaram com suas ideias a formação do ensino agrícola no País e que se estende até a década de 1940 com o pensamento de que a escola rural deveria ser um aparelho educativo organizado em função da produção. (KREUTZ apud CALAZANS, 1993).

Neste período, o Ministério da Agricultura do governo Vargas patrocina vários projetos destinados à capacitação da população rural, dentre os quais se destacam: as colônias agrícolas de núcleos coloniais para incentivar e fomentar o cooperativismo e crédito agrícola (1934), os cursos de aprendizado agrícola, com o objetivo de formar capatazes rurais (1934) e os cursos de adaptação e qualificação profissional do trabalhador rural.

As propostas educativas para o meio rural, voltadas para o desenvolvimento nacional e a educação profissionalizante delineada pelos governos militares, acabaram por reforçar a concepção de educação que visa preparar trabalhadores para as novas tarefas que a divisão social do trabalho lhes impõem: “preparam-no para o cultivo de um produto determinado ou adestram-no para a execução de uma determinada fase do processo produtivo.” (Relatório Fundação Getúlio Vargas apud CALAZANS, 1993.)

Desse modo, fica notório que o ensino rural no Brasil serviu apenas para produzir mão-de-obra para ser empregada nas grandes propriedades rurais, além de ser ofertado um estudo apenas com o interesse de manter os filhos dos agricultores conformados, alienados a uma condição de subordinação social e econômica ditada por aqueles que historicamente dominaram os sistemas de produção agrícola nesse país.

Já a Educação do Campo é alicerçada no Movimento Camponês, na perspectiva da construção de uma educação humana e emancipatória, articulada à vida, ao trabalho, à cultura, e aos saberes das práticas sociais dos camponeses. Ela promove a formação integral do indivíduo, de forma que valorize o local e as vivências ali desenvolvidas, considerando seus saberes como conhecimento adquirido historicamente, além disso, é importante uma educação do campo não pensada e formatada a partir de uma perspectiva de cidade, de vida urbana, mais que seja uma educação construída pelos sujeitos que lá residam, algo construído por eles próprios, que atenda as suas necessidades e especificidades, que respeite as suas vivências e experiências construídas de forma coletiva, numa lógica de valorização do seu espaço e de suas comunidades. Nesse aspecto analisemos, vejamos o trecho abaixo:

A educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. [...] não pode ser tratada como serviço, nem como política compensatória; muito menos como mercadoria. (CALDART, 2002, p.26)

Então, pode-se certamente assegurar que a educação do campo possui uma íntima relação com a luta pela terra e a manutenção da vida em toda a sua plenitude. Assim, é necessário manter as articulações pelo aprimoramento da educação do campo, isso se traduz dentre outros aspectos pelas estratégias de resistência dos camponeses ao modelo capitalista de dominação urbana o qual lhes impuseram historicamente nesse país. Reverter isso, é algo urgente e necessário no intuito de corrigir injustiças sociais históricas, na tentativa de possibilitar aos camponeses reais oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Isso demanda o uso de metodologias de ensino que possibilitem tais mudanças.

Na ocasião, é relevante citar que etimologicamente metodologia possui origem grega, onde a palavra advém de *methodos*, que significa META (objetivo, finalidade) e HODOS (caminho, intermediação), isto é caminho para se atingir um objetivo. Por sua vez, LOGIA quer dizer conhecimento, estudo. Assim, metodologia é o estudo dos métodos, dos caminhos a percorrer, tendo em vista o alcance de uma meta, objetivo ou finalidade. Partindo dessa formulação, a metodologia do ensino é, então, o estudo das diferentes trajetórias traçadas, planejadas e vivenciadas pelos educadores para orientar, direcionar o processo de ensino-aprendizagem em função de certos objetivos ou fins educativos, formativos.

Para (FREIRE, 1996) o educador democrático não pode negar-se de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. [...] para tanto é necessário rigorosidade metódica que possam os aproximar dos objetos cognoscíveis. Isso se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. Essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. É nesse aspecto de busca por uma metodologia educacional que projete os povos do campo para o refletir e o agir com autonomia que apresentamos abaixo algumas propostas metodológicas trazidas pela educação do campo.

1.1 A Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância

A educação do campo utiliza de diversas propostas metodológicas, dentre as quais destacaremos a Pedagogia da Alternância: conforme o relato de (ZIMMERMANN, VENDRUSCOLO & DORNELES, apud KÊNIA & FOSCHIERA, 2013), a proposta da Pedagogia da Alternância surgiu na França, na década de 1930, motivada, por um lado, pelas transformações econômicas e sociais de um modo geral, sobretudo na agricultura, e por outro, pelo fato de que, para continuar seus estudos, os jovens precisavam abandonar suas famílias e o campo e seguir sua formação em meio urbano. Diante disso um pequeno grupo de agricultores franceses começou a discutir a possibilidade de uma nova educação que estivesse em consonância com suas necessidades e aspirações, a partir de uma conversa com o pároco da comunidade, decidiram que os jovens continuariam seus estudos, depois da escola primária, sem ter que abandonar sua família e o campo.

Como as distâncias eram grandes e as famílias precisavam da força dos filhos em seus trabalhos cotidianos, chegaram, coletivamente, à conclusão de que os jovens permaneceriam juntos na casa do sacerdote durante alguns dias do mês, estudando em tempo integral, e nos demais, estariam em suas casas, dando continuidade à sua formação. Surgiu assim a primeira escola da Pedagogia da Alternância, intitulada Maison Familiale Rurale (MFR- Casa Familiar Rural). Desde então, foi se estruturando didaticamente e se expandindo pela França, Itália e outros países da Europa, bem como para a África, América, Ásia e Oceania (NASCIMENTO, 2005).

Esta proposta pedagógica e metodológica propõe atender as necessidades de articular educação e trabalho, para que os indivíduos tenham acesso à escola sem ter que parar de trabalhar nas propriedades familiares. A educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico. O objetivo primordial é atuar sobre os interesses do homem do campo, principalmente no que diz respeito à elevação do seu nível cultural, social e econômico (PESSOTTI, 1978, apud KÊNIA & FOSCHIERA). Na Pedagogia da Alternância o primeiro ambiente é o familiar e a realidade onde vive. Interagindo com a escola, o educando compartilha os múltiplos saberes que possui com os demais atores, de maneira reflexiva e, finalmente, aplica o conhecimento e a prática na comunidade agrícola ou faz uso delas em movimentos sociais. A Pedagogia da Alternância está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases, em seu Título V, denominado “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”, mais especificamente no Capítulo II, denominado “Da Educação Básica”, em sua Seção I, denominada “Das Disposições Gerais”, no artigo 23:

Art. 23º. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, em base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de

organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (LDB- Lei: 9.394/96, p. 9.)

Esse artigo da supracitada lei, pode ser considerado de extrema importância no que tange ao embasamento legal da Pedagogia da Alternância em educação do campo, pois possibilita caminhos para que os alunos recebam instrução formal em suas próprias localidades, sem necessitar se deslocarem para os centros urbanos.

Conforme (QUEIROZ, 2007, apud KÊNIA & FOSCHIERA), as três primeiras instituições de ensino seguindo a proposta da Pedagogia da Alternância, criadas no Brasil, no Estado do Espírito Santo, tiveram a denominação de Escola Família Agrícola (EFAs), baseadas no modelo italiano de educação. Posteriormente surgiram as demais experiências em outros estados. (RIBEIRO, 2008, apud KÊNIA & FOSCHIERA) destaca que o movimento de origem francesa, no Brasil, tem início no Nordeste, com a criação de uma Casa Familiar Rural (CFR), no Estado de Alagoas, em 1981. A experiência, porém, durou pouco. Em 1987, é criada uma CFR no Paraná, e em 1991 em Santa Catarina, expandindo-se posteriormente para outros estados. De acordo com (BEGNAMI, 2005, apud KÊNIA & FOSCHIERA), a Pedagogia da Alternância é sustentada por quatro pilares: Associação, Formação Integral, Desenvolvimento do Meio e Alternância. Desses, dois são objetivos e dois são meios para se atingir estes objetivos. Ou seja, a Formação Integral e o Desenvolvimento do Meio, são objetivos do projeto político pedagógico dos CEFFAs. A Associação e a Pedagogia da Alternância são as ferramentas utilizadas para buscar estes objetivos.

Ainda segundo (BEGNAMI, 2010, apud KÊNIA & FOSCHIERA), os instrumentos da Pedagogia da Alternância são: a) Tema Gerador: definido entre os estudantes, famílias, educadores/monitores de acordo com a realidade local para estudo durante o ano letivo; b) Plano de Estudo (PE): elaborado previamente e orienta a pesquisa sobre o Tema Gerador proposto; c) Folha de Observação (FO): utilizada para complementação do Plano de Estudo, quando este apresenta falhas ou fraquezas em alguns aspectos da pesquisa; d) Caderno da Realidade ou da Propriedade: é um instrumento de registro, monitoramento e acompanhamento da formação, um diário; e) Caderno Didático: é um tipo de “livro didático”, uma fundamentação teórica para o desenvolvimento do Plano de Estudo.

Consta ainda como instrumentos pedagógicos da pedagogia da alternância: f) Acompanhamento das Atividades Práticas de Campo: atividade que complementa as visitas às famílias; g) Projeto Profissional do Jovem (PPJ) ou Projeto de Vida: plano de trabalho formalizado pelo jovem sobre a experiência produtiva que pretende desenvolver a partir de sua formação ou para onde ela será direcionada; h) Tutoria: ação desenvolvida por monitores contratados; i) Colocação em Comum: socialização do Plano de Estudo conforme a descoberta e a linguagem de cada jovem; j) Visitas e viagens de estudo: visitas feitas pelos educandos para promover intercâmbio de informações; k) Serões de estudo: etapas complementares de esclarecimento ou aprofundamento do tema gerador; l) Intervenções externas: atividade que busca estimular o envolvimento de especialistas a compartilharem suas experiências com os jovens do Centro de Formação; m) Atividades retorno: cumprem a finalidade de trazer elementos técnicos ou informações necessárias para a família ou para a comunidade; n) Visitas às famílias e comunidades: técnica de avaliação do desempenho do jovem e do envolvimento dos familiares no processo de formação.

1.2 Proposta Pedagógica da Escola Itinerante

A Escola Itinerante ganhou força a partir da atuação do MST, não criando uma pedagogia específica, mas utilizando-se de diversas delas, que se enquadram na lógica de entendimento deste movimento.

Para (SCALABRIN & PIAIA, 2013, apud KÊNIA & FOSCHIERA), a proposta pedagógica da Escola Itinerante considera a complexidade da formação humana e é desenvolvida por meio de princípios denominados pedagogias, a saber: Pedagogia da luta social, Pedagogia da organização coletiva, Pedagogia da terra, Pedagogia do trabalho e da produção, Pedagogia da cultura, Pedagogia da escolha, Pedagogia da história e Pedagogia da Alternância.

Abordaremos aqui alguns aspectos da proposta da escola itinerante e suas relações com a educação do campo, por entendermos que a escola itinerante possui grandes implicações com a pedagogia da alternância e isso constitui-se um dos elementos centralizadores da educação do campo no tocante a possibilitar a conciliação dos períodos intercalando a produção dos camponeses e as atividades educativas por eles desenvolvidas no ambiente rural.

A educação do campo se constrói a partir da luta social por uma vida mais digna, e essa luta promove a união entre os diversos sujeitos presentes nesse ambiente por razões diversas, dentre as quais a cultura, a crença, e toda a tradição que envolve a trajetória desses povos. Nesse cenário, segundo (SCALABRIN & PIAIA, 2013), apresenta-se a seguir características de algumas pedagogias que favorecem diretamente a educação do campo a saber:

Pedagogia da luta social: realiza-se no próprio movimento da luta como vivenciar a luta social pela reforma agrária; Pedagogia da organização coletiva: pensa a escola como uma cooperativa de aprendizagem; Pedagogia da terra: a terra é concebida como a grande mãe e os alunos devem sentir-se filhos da terra; Pedagogia do trabalho e da produção: busca atribuir ao trabalho um valor fundamental, através do qual se buscam novas relações de produção e de apropriação do que por ele é produzido; Pedagogia da cultura: valoriza o modo de vida do trabalhador camponês na sua interação com o modo de vida produzido no movimento; Pedagogia da escolha: considera os desafios ao se realizar as escolhas. Cada escolha é feita pela pessoa, movida por valores que são uma construção coletiva; Pedagogia da história: busca o cultivo da memória de luta social dos pequenos agricultores e o conhecimento da história da humanidade e a pedagogia da alternância já acima descrita.

Mediante a trajetória histórica de implantação da educação do campo e suas relações com as lutas dos movimentos sociais por uma educação de fato voltada para os camponeses, que sane suas principais dificuldades educacionais e os projetem ao desenvolvimento social eficaz, faz-se necessário compreender que essas pedagogias foram desenvolvidas no tocante a dar maior dinamicidade no fazer educacional da educação do campo, elas brotam exatamente da luta dos grupos sociais ligados a terra na busca de dignidade e mais qualidade de vida aos camponeses lá residentes.

É perceptível que no Brasil há a ideia de intervir na educação do campo de modo a fazer com que ela uma vez sucateada ou de baixa qualidade não consiga atingir os seus objetivos. Percebe-se isso quando notamos a falta de apoio governamental e políticas públicas que visem fortalecer esse modelo de educação. As razões pelas quais isso acontece é justamente pelo fato de não ser interessante ao agronegócio, aos ruralistas latifundiários desse país que as famílias rurais e seus descendentes se tornem seres verdadeiramente politizados em seu tempo e em seu espaço. Quanto mais se enfraquece a educação do campo, mais as pessoas ali presentes se tornam submissas a esse sistema de espoliação e alienação promovidos pelos grandes ruralistas do Brasil.

A educação do campo por si só não resolverá todos os problemas educacionais que permeiam as imensas áreas rurais nesse país, mas sabe-se também que ela poderá como tem feito ao longo de décadas desde sua implantação propiciar uma vida mais digna e humana, com a potencialização de arranjos produtivos locais que gerem desenvolvimento e assim criar condições de permanência para um vasto número de sujeitos presentes neste ambiente.

Como educador que fui por um período de quase dois anos nos cursos de licenciatura em educação do campo e sendo técnico em agropecuária o que me possibilitou conhecer em loco a região na qual vivo há mais de duas décadas, percebo na educação do campo um caminho para o exercício da cidadania, uma possibilidade coletiva de ascensão social, um caminho que ainda nos traz alguma esperança. No entanto, medidas urgentes necessitam serem tomadas no sentido de dar importância e o merecido lugar de destaque que essa forma de educação merece e possui, principalmente na vida das classes menos favorecidas, das minorias camponesas.

Se não houver luta, persistência, isso poderá gerar um estado de inércia tão absurdo que em breves tempos perderemos a capacidade de nos mobilizarmos e lutarmos por um processo de reforma agrária como algo necessário ao bem coletivo, e uma vez silenciando deixaremos mais uma vez que a força do grande capital nos neutralize e continue a nos escravizar.

A educação proposta pelos movimentos sociais, ligados a terra, como o MST, a Comissão Pastoral da Terra, CTP e as Comunidades Eclesiais de Base- CEB's, é uma educação que procura tratar as pessoas de modo mais igual, onde todos devem possuir as mesmas condições de interagirem na busca de um bem comum, é a educação da partilha, da valorização da individualidade do outro. Acima de tudo, é a educação do inconformismo, da busca por mais dignidade no campo, a educação que visa a inserção dos sujeitos numa perspectiva de campo que se correlacione bem com a cidade, numa relação de respeito, e acima de tudo de complementariedade, de integração e não mais de sobreposição ou de inferioridade como encontra-se o campo do pequeno produtor, da agricultura familiar nesse país.

Para se abordar as práticas pedagógicas adotadas na educação do campo, tornou-se necessário realizar uma análise das referenciais curriculares nacionais que embasam e norteiam a educação profissional de nível técnico em agropecuária. Isso se faz necessário partindo-se do pressuposto de que a educação do campo e a educação agropecuária possuem ligações e implicações com a educação rural oferecida no país e ambas têm o campo como elemento central da discussão, embora sobre perspectivas diferenciadas como antes já mencionadas ao diferir a educação para o agronegócio e a educação para a agricultura.

1.3 Breve análise das Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico em Agropecuária

Para se entender numa perspectiva histórica os elementos que constituíram o curso de técnico em agropecuária e todas as ideologias voltadas para suprir a demanda do grande capital e os grandes empreendedores rurais desse país, foi necessário pesquisar os documentos que norteiam a oferta e traçam o perfil do referido curso. Nesse aspecto, analisemos o que nos traz o referido documento:

[...] A área de Agropecuária é um centro dinâmico de atividades denominadas de agronegócio. Este segmento envolve atividades de produção agrícola propriamente dita (lavoura, pecuária e extração vegetal). É a soma total das operações de produção agrícola e armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos. Dessa forma, o agronegócio engloba os fornecedores de bens e serviços à agropecuária, os produtos agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e fluxo dos produtos agropecuários, até o consumidor final. (MEC- BRASIL, 2000, p.9)

Pelo texto acima se percebe que o próprio Ministério da Educação trata o curso técnico em agropecuária ofertado no país apenas e tão somente no sentido de fomentar a

demanda de mão-de-obra especializada para suprir a indústria do agronegócio brasileiro. Isso denota um verdadeiro abandono de outras questões tão importantes que deveriam ser abordadas no tocante ao fazer comunitário dos povos do/no campo. Analisemos o que nos traz tais Diretrizes no tocante às áreas agricultáveis no Brasil, e o real interesse das elites ruralistas desse país:

O panorama da nossa agropecuária traduz a seguinte realidade: a área total do território brasileiro corresponde aproximadamente a 851 milhões de hectares. Dessa área, 700 milhões de hectares são ocupados da seguinte forma: floresta amazônica (350 milhões); pastagens (220 milhões); reflorestamento (5 milhões); centros urbanos, estradas, lagos e pântanos (20 milhões); reservas legais (55 milhões) e lavouras (50 milhões). Os 151 milhões restantes estão na região dos cerrados, cuja área total atinge mais de 204 milhões de hectares (24% do território nacional). Da área total dos cerrados, 127 milhões de hectares são terras com potencial agrícola, dos quais apenas 47 milhões são atualmente ocupados (35 milhões com pastagens plantadas, 10 milhões com culturas anuais e 2 milhões com culturas perenes e reflorestamento). O Brasil dispõe de 80 milhões de hectares agricultáveis nos cerrados, ainda virgens e por serem explorados, que representam um potencial de aumentar em nove vezes a produção de milho e soja (mais de 230 milhões de toneladas de soja e 320 milhões de toneladas de milho). Dentro de uma perspectiva internacional, essa área corresponde a quase toda a área do México, a toda a área cultivada com milho, soja e trigo nos EUA, e a toda a área cultivada com arroz, milho, trigo e soja na China. Numa abordagem histórica, verificamos que o atraso de nossa agricultura, era em razão da ausência do uso de tecnologia na produção. (MEC- BRASIL, 2000, p. 13).

Após a análise do texto acima, fica visível que o interesse da formação agropecuária dos estudantes brasileiros se volta para as questões da expansão das fronteiras agrícolas do país, demonstrando um modelo de desenvolvimento e geração de riquezas para poucos, de forma mais geral, para os grandes empresários rurais. Aqueles que junto com outras classes, se perpetuam no poder nesse país historicamente, buscando sempre manter um ciclo de dominação e espoliação do trabalhador, sobre tudo, os que no campo residem, tirando dentre deles dentre outras coisas, a perspectiva e possibilidade de superação de uma péssima condição de pobreza e miséria aos quais a grande maioria estão submetidos.

Nota-se também, que mais uma vez o discurso gira em torno de uma agricultura brasileira atrasada pela falta de tecnologia empregada na produção, ou seja, dá-se muita ênfase a questão de ausência de tecnologia, enquanto poderiam priorizar a questão da valorização dos sujeitos envolvidos nesse processo como fator de aumento e qualidade na produção. O documento faz referências à necessidade de produção de forma orgânica, adoção de práticas que reduzam a agressão ambiental, e o uso racional dos recursos hídricos, tais incursões se percebe pelo fato de estar surgindo uma sociedade mais preocupada com o seu bem-estar por saberem que a ingestão de alimentos contaminados trazem diversos males à saúde humana. Essa discussão como veremos no referido documento só se torna possível fazê-la numa perspectiva de agricultura familiar, de cooperativismo, dentro de um sistema de educação voltado não apenas e tão somente para beneficiar o agronegócio, mas sobretudo na busca de melhorar a qualidade de vida dos pequenos e médios agricultores e suas famílias, principalmente, os de produção de base familiar. Assim, analisemos o texto abaixo:

Há uma demanda crescente, por parte de determinados segmentos da sociedade, na produção de alimentos a partir de práticas que não agridam o meio ambiente e, sem resíduos de contaminantes químicos danosos à saúde. Isto viabiliza o modelo de produção agrícola, chamado de agricultura orgânica.

A agricultura orgânica é um sistema de gerenciamento total da produção agrícola com vistas a promover e realçar a saúde do meio ambiente, preservar a biodiversidade, os ciclos e as atividades biológicas do solo. Nesse sentido, a

agricultura orgânica enfatiza o uso de práticas de manejo em oposição ao uso de elementos estranhos ao meio rural.

Isso abrange, sempre que possível, a administração de conhecimentos orgânicos, biológicos e até mesmo mecânicos. Mas exclui a adoção de substâncias químicas e outros materiais sintéticos que desempenhem no solo funções estranhas às desempenhadas pelo ecossistema.

No contexto das novas tendências, além do desenvolvimento de sistemas alternativos de produção, tais como a agricultura orgânica, biológica, polinização dirigida e outros, e de tecnologias de preservação como plantio direto, uso racional dos recursos hídricos, rotação de culturas e conservação de solos, surgem programas de profissionalização de pequenos produtores, a utilização da pedagogia da alternância e um elenco de iniciativas governamentais que estimulam a organização e desenvolvimento da agricultura familiar. (MEC-BRASIL, 2000, p.14).

Compreende-se que apesar dos referenciais que norteiam o curso de técnico em agropecuária, mencionarem a necessidade de se produzir alimentos no campo de forma orgânica, e criar possibilidades de construção de conhecimento através da pedagogia da alternância, na prática, no dia-a-dia desses cursos, não se percebe algo além do superficialismo de poucas ações que se voltam de fato às necessidades dos povos camponeses, e da agricultura familiar como um sistema realmente sustentável.

O próprio MEC, nota que é preciso uma mudança de concepção na forma de ensinar e de aprender, no tocante a educação ofertada no curso de técnico em agropecuária, é preciso romper com alguns paradigmas, tendo em vista as recentes mudanças no panorama mundial, às novas relações sociais e de trabalho. “Aprender a aprender” passa por uma questão de fazer releituras da sua realidade, da sua comunidade, requer valorização do conhecimento trazido, que apesar de ser considerado de conhecimento do senso comum, ou do cotidiano, lançam as bases do perceber-se enquanto sujeito político e histórico e possibilita um conhecimento mais bem elaborado a partir da junção com o conhecimento formal. Como analisaremos agora no texto abaixo:

O desafio que se tem pela frente é o de qualificar tecnicamente o trabalhador a partir de uma metodologia que se desvincule da concepção tradicional de capacitação, até então baseada nas demandas de formação profissional direcionada para o aprender a fazer e fazer para aprender, por outra que permita a aprender a aprender.

Nas últimas décadas, as escolas agrotécnicas federais têm-se constituído nas instituições majoritárias, no que diz respeito à oferta da educação agrícola no país.

O caráter extremamente centralizador das políticas educacionais, que têm norteado a formação técnico-profissional nessas escolas, sempre teve por base um currículo nacional único, no qual o aspecto da linearidade se constitui na orientação primordial para a construção dos programas das habilitações. Notadamente as matrizes curriculares se tornaram desvinculadas da realidade das escolas; conseqüentemente, não atendendo às expectativas dos alunos nem do mercado.

Nesta perspectiva, as práticas educativas até então desenvolvidas se fundam em uma visão cientificista do conhecimento escolar, unilateral e conteudista, que não leva em consideração a diversidade socioeconômica e cultural do país, os diferentes tipos de solos, climas, fauna, flora, etc. (MEC- BRASIL, 2000, p.21).

O referido documento não manifesta enfaticamente a necessidade de se trabalhar um curso de técnico em agropecuária numa perspectiva de educação mais humanizadora, mais centrado na valorização dos sujeitos do campo, numa visão da terra como elemento essencial e imprescindível à vida humana, essas questões evidenciadas pela educação do/no campo, fazem gerar reflexões sobre a importância dessas pessoas nesse processo de construção do campo como um espaço de oportunidades, de desenvolvimento e não como algo estereotipado, como de retrocesso, miséria e destruição como historicamente visto.

O que busca a educação do campo é acima de tudo propor um modelo de educação que liberte, que projete para a vida, uma proposta inovadora que procure atrelar o desenvolvimento do homem a partir das suas conquistas sociais, a partir de uma visão de coletividade, questões estas que se constituem indispensáveis na formação da identidade desses camponeses.

A formação oferecida pelas instituições que ofertam o curso técnico em agropecuária, ainda se baseiam numa educação de modelo meramente tradicionalista e voltados para suprirem a demanda dos grandes empreendimentos rurais do país. Enquanto isso, o pequeno agricultor de base familiar, permanece no campo em condições de desenvolvimento precárias, por vezes até inexistentes, sem se quer ter acesso à assistência técnica sistematizada e de qualidade. Para confirmar isso, analisemos as atribuições e responsabilidades dos técnicos em agropecuária segundo as Referências Curriculares Nacionais do próprio Ministério da Educação:

Atribuições e responsabilidades dos técnicos: controle de produtos acabados, registro de produção, coordenação de pessoal, distribuição de tarefas, gerenciamento de abatedouro de aves, classificação de grãos, vigilância sanitária animal e vegetal, inspeção em laticínios e frigoríficos, comercialização agrícola e assistência técnica no campo, levantamento econômico da propriedade, testes regionais de variedades, armazenamentos (da chegada dos grãos à expedição), supervisão de incubatório industrial, supervisão de produção de ovos férteis, gerenciamento da área administrativa da empresa, gerenciamento da produção de sementes, execução de projetos de pesquisa, vendas de máquinas, peças e implementos, regulagens de máquinas e implementos, responsabilidade por todas as fases da produção agrícola desde o plantio até colheita, responsabilidade pelo patrimônio e manutenção de instalações, manejo de animais. (MEC-BRASIL, 2000, p.22).

Como se percebe pela leitura da citação acima, o curso de técnico em agropecuária ofertado aos filhos dos agricultores, se preocupa com as atividades desenvolvidas nas grandes propriedades rurais, não menciona a possibilidade de conciliar trabalho e estudo, sendo o trabalho nesse aspecto tido como uma forma prática de aprendizagem desses jovens e que deveria ser desenvolvido em suas próprias comunidades, não valoriza as relações de pertencimento a terra, não reforçando assim os laços de identidade cultural desses povos, se limitando a oferecer um ensino com uma característica muito mais urbano do que do campo, um ensino que busca apenas suprir a carência das demandas por mão-de-obra dos grandes latifundiários que dominam esse país. Apesar disso, as Referências Curriculares Nacionais do referido curso, abordam:

[...] Uma proposta pedagógica que supere as atividades tradicionais relativas às aulas teóricas e práticas. Capaz de promover a unificação entre cultura e trabalho, que não se restrinja ao caráter produtivo, mas abranja dimensões comportamentais, humanísticas e intelectuais capazes de promover uma ação que sustente uma carreira por toda a vida, de modo a permitir ao cidadão participar ativamente do processo de construção social. (MEC-BRASIL, 2000).

Para participar ativamente do processo de construção social é urgente e necessário que os sujeitos tenham de fato acesso a uma educação que os ajudem a tornarem-se autônomos, plenos, principalmente os que vivem no campo, que historicamente foram relegados ao abandono, atrelados a ideia de atraso e subdesenvolvimento, sujeitos que foram ao longo dos tempos sofrendo inúmeras formas de discriminação e/ou preconceitos, por viverem em regiões pouco habitadas, sem muitos recursos. Enfim, precisamos de uma educação que consiga valorizar os sujeitos do campo em toda a sua plenitude e potencialidade, necessitamos de uma educação que prepare para a vida, para o senso de cooperação e solidariedade entre os distintos sujeitos, uma educação que consiga apontar

soluções, caminhos, no sentido de resolver tantas problemáticas postas. Algo que faça das pessoas verdadeiros cidadãos, sabedores de que a mobilização contra as forças hegemônicas devem ser constantes, que a luta por uma vida melhor deve ser contínua, é essa a educação que transforma, que projeta pra uma vida com menos injustiças sociais.

Nessa perspectiva, e analisando as suas metodologias voltadas para o uso da terra como um fator de sobrevivência, um lugar onde todos possam trabalhar e usufruir do seu trabalho com mais justiça social, analisemos a citação abaixo:

A Educação do campo está fundamentada na teoria e prática de sujeitos e culturas notadamente marcadas pela diversidade de projetos de sociedade engendrados nos sertões, nos interiores, nos campos, nos locais onde crianças, jovens e adultos por meio de suas territorialidades culturais se identificam. (OLIVEIRA, 2015, p.43).

Assim, o campo possui características bem diferenciadas das zonas urbanas, no entanto não pormenorizadas, são ambientes nos quais existem formas criativas e ambientalmente corretas de se gerar desenvolvimento. O que não se pode permitir mais é que o ensino ora ofertado a esses povos continue sendo o mesmo estudo ideologicamente pensado de sobreposição do urbano sobre o rural, dos dominadores sobre dominados, a educação do campo tenta romper com esses paradigmas, se propõe a oferecer um modelo de educação que forme cidadãos politizados, capazes de pensarem por si mesmos.

É na prática dos coletivos consolidados historicamente e daqueles que se organizam no momento presente que a educação do campo ganha força. É muito mais que educação escolar o que está em questão: é a vida na terra; é o aprendizado da política; é a experiência coletiva que mostra que a formação humana é necessária e viável; é a intensificação das lutas sociais e políticas na construção de um projeto político em que o bem comum é definido pela comunidade e não pelos estrategistas governamentais. (SOUSA, 2011, p.81, apud OLIVEIRA, 2015, p.49)

Isto posto, compreende-se que a educação do campo pode ser construída coletivamente com aqueles que de fato conhecem bem a dinâmica de suas comunidades e lutam para mantê-las como o melhor lugar para se desenvolver e viver. Assim poderíamos chamar a educação do campo, de educação dos sujeitos. Pessoas estas que se doam em prol da melhoria da qualidade de vida e repassam suas experiências e vivências às futuras gerações, que lutam para manterem a identidade de um povo que não se cansam de sonhar e de lutar por dias melhores, combatendo as inúmeras injustiças sociais que assolam esse vasto país de uma ponta a outra. É essa educação que faz refletir e gerar mudanças de atitudes. Por meio dela, talvez se torne possível um dia, viver no campo com mais dignidade, atrelando o conhecimento sistematizado, ao das comunidades, procurando assim formas e meios de desenvolvimento que sejam verdadeiramente ético e responsabilmente sustentável.

Na concepção de: (LEITE, 2015) a educação do campo refere-se aos sujeitos do campo, no seu comportamento, na sua identidade, para reafirmar a importância desses sujeitos no processo de desenvolvimento rural que seja baseado nas suas demandas; para tanto, isso envolve a concepção de uma educação que empodere estes para que se tornem protagonistas das suas lutas e vitórias. É pensar a educação do campo, para o campo e com o campo, é confrontar esse modelo existente de agricultura que expulsa o trabalhador do campo. Nessa perspectiva, a educação do campo deverá estar a serviço do desenvolvimento pleno das localidades, fazendo por sua vez a promoção desses sujeitos e a inclusão destes. Esse modal de educação surge a partir dos reais anseios de mudança das comunidades rurais.

Ainda para: (LEITE, 2015) a educação do campo é muito mais que uma proposta pedagógica para uma escola diferenciada, ela deve ser compreendida como uma proposta contra-hegemônica que discute e desconstrói esse modelo de produção da vida internalizado nos indivíduos desde cedo, e em cuja construção a escola tem um papel importante. Assim,

analisemos abaixo o que se afirma a respeito da construção do conceito de educação do campo:

Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política, educação e de formação humana. (CALDART apud LEITE, 2015, p.121).

Torna-se necessário uma educação do campo que busque desenvolver nos sujeitos reflexão sobre os diversos elementos presentes em suas comunidades, isso envolve dentre outros aspectos, questões como: o reconhecimento de pertencimento ao meio rural, a desconstrução de paradigmas e estereótipos construídos sócio historicamente de inferioridade do campo em relação à zona urbana, no tocante a ajudá-los entender que esses ambientes devem se integrarem e que deve existir relações sociais de complementariedade entre ambas. Nesse propósito, a escola desempenha um papel fundamental, é ela que deve fazer perceber por meio de um processo de construção de conhecimento coerente, embasado nas lutas sociais, nas reais carências das comunidades, que o campo é lugar de oportunidades, é um ambiente de produção de pensamento político, é um espaço onde a vida se propaga em sua plenitude.

Os sujeitos habitantes nesse espaço necessitam entender que suas atividades e produções implicam na manutenção da vida nos espaços urbanos e em todos os demais. Assim sendo, a vida no campo, em especial, no tocante à educação se constitui da recíproca interação entre esses sujeitos, buscando visualizar soluções que possibilitem desenvolvimento, identifique potencialidades.

Para melhor entender a importância da educação no meio rural, sobretudo a educação do campo, torna-se necessário fazer o regate das origens desse modelo de educação. Acredita-se que conseguindo atrelar as principais metodologias educacionais utilizadas na educação do campo, ao curso de Técnico em Agropecuária, dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE, que oferta um ensino ainda muito tradicionalista neste curso, conseguiremos dar uma roupagem mais humanizada ao referido curso, conseguindo assim aproximar o ensino às reais necessidade das comunidades onde residem esses jovens. Dessa forma, investigar como poderá ocorrer esse processo é algo imprescindível, haja vista compreendermos que isso em si, não constitui uma tarefa fácil, más, que no entanto poderá ser possível.

A situação da educação e das escolas rurais no Brasil ainda permanece muito aquém do ambiente ideal, faltam muitos elementos para se chegar a um patamar de um ensino-aprendizagem de qualidade, apesar de toda a luta promovida pelos povos e movimentos do campo. Esses descasos constam de: escolas isoladas, precárias condições de infraestrutura e apoio técnico-pedagógico, classes multisseriadas, além de professores mal preparados, sobrecarregados e mal remunerados.

Cotidianamente no Brasil, gestores locais optam por fecharem escolas do campo e mandarem os estudantes para escolas situadas nas zonas urbanas, sob a alegativa de que se torna mais barato transportá-las para a sede dos municípios do que manter em funcionamento as escolas na zona rural, isso constitui um grave problema enfrentado por comunidades rurais, pois as crianças e jovens se tornam mais vulneráveis ao perigo por estarem todos os dias enfrentando quilômetros de distância de suas localidades até a escola e outro agravante dessa história trata-se da grande discriminação que sofrem nesse ambiente urbano por serem estereotipados como atrasados, dentre outros aspectos. Analisemos a afirmação de (Nilton César, aluno de licenciatura em Educação do Campo e militante do MST apud AUGUSTO, Revista RETTA, Vol. VIII, nº 11, jan.-jun./2015, p.95).

Como sujeitos históricos, eles [os jovens] têm que entender que têm uma carência diferente que é só deles. E eles vão ter que entender que as relações sociais do trabalho com a terra não são o que as pessoas estão achando que são. Não é escravocrata, não é... Porque quando se fala de agricultor, se fala de um homem sofrido, aquele de ruga de sol, aquele cara cujos pés são totalmente deformados pelo trabalho com a terra... Então essa visão de sofrimento é que tem de parar na cabeça das pessoas. E, infelizmente, os jovens sofrem isso. Quando eles vão para uma escola na cidade, que a maioria deles quando vão fazer o ensino médio vão para os centros urbanos, (...) eles são- o termo usado, o tal de bullying- ou sitiante, ou sem terra, os transformando em diferentes. Eles não são diferentes. Porque se não existe uma integração [entre] campo e cidade, nem cidade existe. (REVISTA RETTA, Vol. VIII, no. 11, JAN-JUN/2015, p.95).

Quando analisamos esse tipo de depoimento acima citado, entendemos quão grande é o processo de discriminação sofrido por estudantes do meio rural pelos estudantes do meio urbano. Esse processo, torna-se cada vez mais acentuado quando encontramos relegados ao abandono escolas rurais, e todo o contexto aonde estas se inserem. Isso causa dentre outros aspectos a perda da identidade dos povos do campo, e a exposição desses sujeitos a diversos perigos, por terem que saírem de suas comunidades para buscarem educação, qualificação nas sedes dos municípios. É fato que num ambiente escolar casos de bullying ocorrem constantemente. No entanto, ao tratar-se das diferenças entre rural e urbano, isso se acentua, pois o campo sempre foi tido como inferior, atrasado, um ambiente sem perspectivas de futuro, de desenvolvimento, de crescimento. No entanto, esses pensamentos que discriminam e segregam, devem ser substituídos por ações que gerem alianças, inclusão e acolhimento. Pensar uma educação nesse formato requer políticas públicas sérias, requer o vislumbrar de novas e boas expectativas para os jovens que sentem cotidianamente os reflexos dessa educação exclusivista e excludora, pensada para os povos do campo, tão somente apenas no intuito de cumprir obrigações legais, más que verdadeiramente não suprem as reais necessidades desses sujeitos.

Os povos camponeses no Brasil sofreram um processo de expropriação e aculturação violentas desde a colonização europeia nestas terras. Tais processos em ritmos e modos diferenciados continuam a ocorrer pelas inúmeras formas de exclusão desses indivíduos a tantos bens e valores produzidos historicamente pela humanidade, dentre eles a educação, o conhecimento. É notório que os povos camponeses foram relegados ao quase total esquecimento no tocante a terem um campo que se desenvolvesse paralelamente aos centros urbanos, e esse processo se dar dentre outros aspectos, pela ausência de políticas públicas que priorize um ensino de qualidade para essas pessoas em suas comunidades, a ausência de políticas públicas que possibilitem formas de permanência nesses ambientes pela geração sustentável de renda, tendo na valorização da agricultura familiar formas de melhoria da vida desses sujeitos.

Nesse panorama de dificuldades, o Estado tem procurado ofertar formações aos filhos dos trabalhadores, sobretudo os filhos dos trabalhadores rurais, centrado no modelo da educação rural, um ensino tradicionalista, com ênfase no beneficiamento do agronegócio e de diversas outras formas de apresentação e domínio do capitalismo, uma educação que sabe-se, anda longe de suprir as reais demandas dos povos do campo. Ainda percebemos que os cursos de técnico em agropecuária se voltam em quase sua totalidade a formar trabalhadores para abandonarem suas localidades, quando são forçados a venda de sua força de trabalho para os grandes latifundiários nesse país, o que em muito pouco difere da educação rural quando do seu surgimento por aqui.

Fazer um paralelo entre a educação rural e a educação do campo oferecidos em um curso de técnico em agropecuária constitui-se de elemento imprescindível para o entendimento de inúmeras questões que se colocam de desrespeito ambiental, de falta de

perspectivas de uma população que se nota cada vez mais desassistida de ações que busquem distribuir melhor a terra e meios de sobrevivência nesta, pela aquisição do conhecimento e de recursos tecnológicos para melhorar a vida dessas pessoas em suas próprias comunidades. Assim, deve-se buscar formas de ampliar a oferta de uma educação do campo de qualidade e no campo efetivamente, bem como sugerir novas formas de trabalhar as disciplinas e conteúdos ministrados nos cursos de técnico em agropecuária, até como forma de aproximar teoria e prática no fazer cotidiano dessas comunidades, promovendo por sua vez justiça social e respeito a terra e aos demais recursos naturais.

Sequenciando a discussão aqui ensejada, trataremos no capítulo II sobre a cidade do Crato, sul do Estado do Ceará, seu contexto histórico e as lutas em seu território, abordaremos o histórico da instituição pesquisada, a análise da matriz curricular do curso técnico em agropecuária e sua contextualização ou não com a educação do campo, pois considera-se isso, um fator importante no entendimento de questões que envolvem compreender até que ponto a educação rural e seus aspectos negativos está presente no curso técnico em agropecuária e como a educação do campo, por meio de seus métodos pedagógicos de valorização e respeito a vida em seus múltiplos aspectos, poderá contribuir ou não para um ensino técnico agropecuário que priorize as relações sociais locais e que consiga de fato aliar conhecimento técnico às práticas e necessidades das comunidades aonde estão inseridos esses alunos. Ainda trataremos no II Capítulo sobre a possibilidade de reinvenção de alguns preceitos didático-metodológicos da educação do campo no curso técnico em agropecuária, objeto desse estudo.

A CIDADE DO CRATO: CONTEXTO HISTÓRICO E AS LUTAS EM SEU TERRITÓRIO.

O município do Crato, reconhecido como importante centro regional cearense, está localizado no centro da Chapada do Araripe. Limita-se ao Norte e Nordeste com os municípios de Farias Brito, Várzea Alegre e Caririaçu, ao Sul e Sudoeste com os municípios de Moreilândia e Exu, no estado de Pernambuco, ao Leste e Sudeste com os municípios de Juazeiro do Norte e Barbalha e ao Oeste e Noroeste com os municípios de Nova Olinda e Santana do Cariri.

Localiza-se a uma distância de aproximadamente 527 km de Fortaleza, capital do Ceará. Apresenta-se com uma paisagem fisiográfica privilegiada e diferente do restante dos municípios cearenses, devido está engravado na Chapada do Araripe e em virtude das suas especificidades geomorfológicas, geológicas, climáticas e sua formação florestal constituída em sua maior parte por caatinga arbustiva. É considerada o “oásis” do sertão por suas diversas fontes de água cristalina.

O nome Crato, segundo Raimundo Girão e António Martins Filho, foi dado, certamente, em homenagem ao vilarejo português de Alentejo, cuja localização estava situada nas ruínas de um povoado chamado de Ucrato ou Ocrato. No entanto, existem comentários de que o nome Crato é proveniente da palavra Curato, pois, inicialmente, a cidade teria se chamado Curato de São Fidélis de Siguaringa, depois Curato de São Fidélis.

Há outras fontes que afirmam que as raízes do Crato originam-se do Miranda, Missão do Miranda ou Cariris Novos, sob a direção do Frei Carlos Maria de Ferrara, situada inicialmente no lugar denominado Sítio Miranda. (GIRÃO, 1985). Antes do seu descobrimento, ocorrido nas últimas décadas do séc. XVII, a região do Crato era habitada por índios da Tribo Cariris, descendentes remotos dos primeiros imigrantes protomalaios chegados às costas americanas do Pacífico, e que se estabeleceram no sul do Ceará no século IX ou X. (GIRÃO, 1985).

A partir de 1714, o futuro município começou a receber colonizadores vindos da Bahia, de Sergipe e de Pernambuco, atraídos pela paisagem e fertilidade do solo. A vida pastoril dominou a região até o ano de 1750, época em que tiveram início as instalações dos primeiros engenhos, vindos de Pernambuco. Data daí o desenvolvimento industrial da cana-de-açúcar, criadora da aristocracia rural do Cariri.

O Crato foi elevado à condição de cidade com a denominação de Crato pela lei Provincial nº. 628, de 17/10/1853. No ano de 2018 a população estimada da cidade do Crato é de 131.372 pessoas, ocupando a posição 211ª. no Brasil, a 6ª. posição no Estado do Ceará e a 2ª. posição na região do Cariri. (IBGE-2018)

O Crato exerceu por muitas décadas grande influência econômica pela produção de cana-de-açúcar e derivados no interior do Ceará e nas áreas dos sertões de Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do norte. Em seu município ocorreram grandes disputas entre coronéis contra as forças do Império e mais tarde dos coronéis contra os camponeses.

Destacou-se no cenário regional pelas intensas lutas sociais como a Revolução Pernambucana de 1817. Tal revolução era considerada um levante republicano, antimonárquico que chegou ao Ceará pelo Crato de 3 a 11 de maio de 1817 trazido pelo padre cearense José Martiniano de Alencar, ganhando o apoio de Tristão Gonçalves Pereira de

Alencar e sua mãe, Dona Bárbara de Alencar. Tal movimento caracterizou-se por uma revolta popular inicialmente em Recife contra os altos impostos cobrados pela Coroa Portuguesa e os altos cargos públicos dados aos portugueses nas terras do Brasil.

A família Alencar teve papel decisivo nessa Revolução nas terras do Cariri cearense, onde chegaram a proclamar a independência do Brasil no Crato por um período de 8 dias. A matriarca da família Alencar por este feito foi perseguida, presa e torturada numa das celas da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção em Fortaleza. É considerada a primeira presa política da história do Brasil, vindo a falecer em 18 de agosto de 1932.

A mesma família participou do movimento revolucionário denominado de “A Confederação do Equador”. Tal movimento de cunho separatista e republicano eclodiu no dia 02 de julho de 1824 em Pernambuco mas teve participação também no Crato no Estado do Ceará, haja vista a grande ligação que o município do Crato possuía com Recife, capital pernambucana.

O Crato historicamente possui uma formação fortemente embasada na religião católica e um cenário de dominação social e político centrado no coronelismo. Prova disso foi o fato que ocorreu em 1926 no Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, zona rural do Crato quando o movimento messiânico liderado pelo Beato José Lourenço Gomes da Silva, o Beato José Lourenço, apoiado pelo Padre Cícero Romão Batista, cratense e fundador do município de Juazeiro do Norte, atual cidade polo do Cariri, foram destruídos pelas forças do governo de Getúlio Vargas. Fato este ocorrido em 1937, três anos após a morte do padre Cícero.

Tal comunidade chegou a ter mais de mil habitantes e viviam da agricultura de subsistência, dividiam a produção entre os membros e vendiam apenas o excedente. Por conta da grande seca que assolou o Nordeste brasileiro em 1932, o Caldeirão do Beato José Lourenço teve um aumento expressivo pela quantidade de retirantes e flagelados que buscavam alimentos para sobreviverem e amparo espiritual. O crescimento dessa comunidade começou a incomodar bastante os fazendeiros, latifundiários do Crato e da região do Cariri, pois se sentiram ameaçados pelo crescente movimento e a escassez de mão-de-obra barata para ser empregada na monocultura da cana-de-açúcar e nos engenhos que constituíam ainda o forte da agricultura caririense.

A principal acusação que pairava sobre a comunidade era a de serem comunistas. Tal alegativa serviu como justificativa para o governo Vargas e a Polícia Militar do Ceará dizimarem os camponeses em 1937. Fontes oficiais afirmam que foram assassinados 400 (quatrocentos) camponeses, no entanto, há outras fontes que contestam esses números e asseguram que foram mais de 1.000 (mil) pessoas assassinadas.

Até o ano de 2018 não se sabe o paradeiro dos corpos dessas pessoas. Existem algumas Organizações Não Governamentais que estão lutando junto às instituições internacionais de direitos humanos para fazer com que a União e o Estado do Ceará informem os locais onde essas pessoas foram enterradas. Essa chacina demonstra os conflitos latentes entre agricultores e agropecuaristas. Há no Cariri cearense constantes enfrentamentos entre a elite ruralista e os camponeses, uma situação que expõe graves problemas sociais ligados a terra e o quanto os camponeses pobres dificilmente ascenderão dessa cruel situação de dominados.

2.1 Histórico da Instituição Pesquisada, Análise da Matriz Curricular do Referido Curso e sua Contextualização com a Educação do Campo.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE, campus Crato, já se chamou Colégio Agrícola do Crato, Escola Agrotécnica Federal do Crato e atualmente por força da Lei Nº. 11.892/2008 passou a denominar-se IFCE. O Campus Crato do IFCE, localiza-se às margens da Rodovia CE 292, Km 15, Bairro Gisélia Pinheiro- Crato-

Ceará e possui as seguintes características: o IFCE, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, é especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica.

Possui como **MISSÃO**: produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética. Como **VISÃO**: tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia e como. **VALORES**: o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, e segundo a instituição, o Curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio forma profissionais-cidadãos com domínio da formação geral de nível médio e dos saberes técnico-profissionais relacionados à área de atuação com responsabilidade no mundo sócio profissional, capazes de dar continuidade aos estudos, assumir com criticidade ocupações no mundo de trabalho, a fim de superar e transformar os desafios colocados pela contemporaneidade, priorizando uma nova ética nas relações trabalhistas e humanas.

O técnico em agropecuária planeja, executa, acompanha e fiscaliza todas as fases dos projetos agropecuários. Administra propriedades rurais. Elabora, aplica e monitora programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial. Fiscaliza produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial. Realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais. Atua em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa. O referido curso é ofertado mediante as características abaixo elencadas:

Área de estudo: Agropecuária.

Modalidade: Integrado.

Duração: 6 semestres (3 anos).

Forma de ingresso: Exame de seleção.

Requisitos: Ter concluído o ensino fundamental.

Oferta: 140 vagas (oferecidas anualmente).

Turno de funcionamento: Integral (manhã e tarde).

Quadro 2 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFCE- Campus- Crato- 2010.

EDUCAÇÃO GERAL						EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
ÁREA	ELEMENTOS CURRICULARES	SÉRIES			TOTAL DE AULAS	ÁREA	ELEMENTOS CURRICULARES	SÉRIES			TOTAL DE AULAS
		1º	2º	3º				1º	2º	3º	
Linguagens, códigos e suas tecnologias	Língua portuguesa	03	03	03	360	Infra-estrutura	Agroecologia	01	-	-	40
	Arte e Educação	01	01	01	120		Projetos Técnicos	-	-	01	40
	Educação Física	02	02	02	240		A. E. R.	-	-	01	40
	Língua Espanhola	-	-	02	80		Cooperativismo	01	-	-	40
	Língua Inglesa	01	01	01	120		Topografia	-	03	-	120
	Fund. Informática	01	01	-	80		Mecanização Agrícola	02	-	-	80
							Irrigação e Drenagem	-	-	02	80
					C. I. R.	-	-	01	40		
SUBTOTAL		08	08	09	1000	SUBTOTAL		04	03	05	480
Ciências humanas e suas tecnologias	História	01	01	01	120	Agricultura	Olericultura	03	-	-	120
	Geografia	01	01	01	120		Culturas Anuais	-	03	-	120
	Sociologia	01	01	01	120		Fruticultura	-	-	04	160
	Filosofia	01	01	01	120		Silvicultura	-	-	01	40
						Extensão Rural	-	01	-	40	
SUBTOTAL		04	04	04	480	SUBTOTAL		03	04	05	480
Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias	Química Física Biologia Matemática	02	02	02	240	Zootecnia	Avicultura	03	-	-	120
		02	02	02	240		Aquicultura	02	-	-	80
		02	02	02	240		Apicultura	02	-	-	80
		04	04	03	440		Suínocultura	-	03	-	120
							Ovinocaprinoicultura	-	02	-	80
					Bovinocultura	-	-	03	120		
					Agronegócio	-	-	02	80		
					Fund. Agroindústria	-	02	-	80		
SUBTOTAL		10	10	09	1160	SUBTOTAL		07	07	05	760
TOTAL		22	22	22	2640	TOTAL		14	14	15	1720
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: 160											
TOTAL GERAL: 4.520											

Fonte: < http://ifce.edu.br/crato/campus_crato/cursos/tecnicos/integrados/agropecuaria/pdf/matriz-curricular-agropecuaria-integrada-2010-1-vigente.pdf > Com adaptações. Acesso em: 23/03/2017.

Notadamente, o curso técnico em agropecuária ofertado pelo IFCE campus Crato, segue a mesma dinâmica da maioria dos cursos desse tipo ofertados pelo país, em instituições públicas federais de ensino, utiliza um modelo curricular voltado para os princípios da educação ruralista, adotando um currículo de cunho meramente tradicional e voltado para os interesses do agronegócio, das práticas agrícolas mecanizadas, para a administração de propriedades rurais, ou seja, um currículo voltado para assegurar o atual modelo de “desenvolvimento” promovido pelos grandes latifundiários, pelos grandes empreendimentos rurais, modelos estes, que sabemos, não valoriza os sistemas de produção de base familiar, não trabalha e nem respeita a terra como um elemento imprescindível a permanência e sobrevivência das futuras gerações, como ocorre por exemplo nas práticas pedagógicas utilizadas pela Educação do Campo.

É pertinente destacar que o currículo escolar é também uma ferramenta de poder, muitas das vezes pensado no âmbito formal por aqueles que detém o domínio das massas nesse país. Assim sendo, percebe-se um grande distanciamento deste, para o currículo vivido, vivenciado. Um currículo construído pelas diversas situações postas no campo prático, na base, no ceio das comunidades. Aproximar esses dois currículos constitui uma difícil tarefa visto que implicaria em corrigir inúmeras injustiças sociais e reparar um grande distanciamento das classes sociais no Brasil, o que nunca foi prioridade das elites dominantes.

Analisando bem, cabe aqui ressaltar a relevância da Escola Itinerante e da Pedagogia da Alternância como formas de aproximação desses dois currículos, tais propostas assentam-se na necessidade que há de não retirar o estudante do convívio da sua família e sua comunidade, emprega-se de modo mais claro em fazer perceber que os povos do campo necessitam de políticas públicas educacionais que realmente sejam pensadas em benefício desses sujeitos e suas comunidades. Pressupõe dentre outros aspectos a valorização do meio onde essas pessoas estão inseridas e os aspectos peculiares dessas localidades. Assim, torna-se preciso encontrar formas de aproximação desses dois currículos no intuito de fazer com que o estudante possa de fato aplicar o conhecimento bancário sistematizado às reais carências de suas comunidades.

Por esse prisma, percebe-se que o currículo formal é pensado e proposto dentro de uma lógica verticalizada, quase sempre desconexa. Enquanto o currículo vivenciado é construído de forma coletiva, a partir da percepção e contextualização das realidades. Assim, aproximá-los, complementá-los, fundi-los, implica assegurar a tão sonhada qualidade na educação do campo a qual esses sujeitos tanto necessitam.

Refletindo sobre como se deu a oferta do ensino agrícola no Brasil, podemos observar segundo (MENDONÇA, 2006 apud MA, 1913) que a atuação do Ministério da Agricultura- (MA) ocorria no sentido de construir e fixar o trabalhador nacional, materializando-se em duas instituições: Aprendizados Agrícolas (AAs) e Patronatos Agrícolas (PAs) responsáveis pela preparação de trabalhadores aptos ao manejo de máquinas e técnicas modernas de cultivo, ensinando-lhes sobretudo, seu valor econômico.

Assim, percebe-se que os objetivos de tais cursos, sempre estiveram voltados aos interesses da elite ruralista. Salienta-se que tal modelo, gera expropriação dos sujeitos, obriga-os a venderem sua mão-de-obra a um custo ínfimo ao grande empresário agrícola e serve além disso para manter uma lógica de produção que exaure os recursos naturais, preocupando-se em suprir uma demanda crescente de produção alimentar, conduzida de forma irresponsável, não sustentável, que fatalmente causará grandes e irreversíveis estragos aos mais diversos ecossistemas.

No princípio esse ensino era ministrado em dois anos, visando fornecer a aprendizagem dos métodos racionais do trato do solo, bem como noções de higiene e criação animal, além de instruções para o uso de máquinas e implementos agrícolas. (MENDONÇA, 2006, apud MA, 1911.) Mantinham ainda um curso de primeiras letras, teoricamente destinado a aprimorar a qualidade técnica de seu público-alvo: jovens entre 14 e 18 anos, comprovadamente filhos de pequenos agricultores. Funcionando sob o regime de internato, os AAs contavam com instalações semelhantes às existentes numa grande propriedade agrícola, dando suporte a um ensino eminentemente pragmático e de formação para o trabalho. Percebe-se que a estrutura ofertada pelo IFCE, herdada das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, tanto de internato, como de ensino, sofreu pouca ou quase nenhuma variação desses modelos descritos no texto e que segundo o autor remonta um período entre 1930 a 1960.

Entre 1911 e 1930, o Ministério manteve de cinco a oito Aprendizados, espalhados por distintas regiões do país, matriculando anualmente entre 150 e 250 jovens. Sua maior incidência, no entanto, verificou-se nas regiões açucareiras e cotonicultoras do Norte e do Nordeste, contempladas com 50% desses totais. [...] A importância dos aprendizados residiu em difundir os princípios do ensino agrícola como instrumento de poder, material e simbólico, dos grupos dominantes agrários sobre o trabalhador rural, já que, colocando à porta do rurícola um saber presidido pela noção de progresso, naturalizava-se a oposição entre uma agricultura “moderna” e outra “arcaica”, bem como a subordinação desta à primeira, sendo ambas despidas de seu conteúdo de classe. Os Aprendizados mantinham seus internos numa imobilidade própria a viveiros de mão-de-obra, onde fazendeiros da vizinhança recrutavam, gratuitamente, trabalhadores para tarefas sazonais. (MENDONÇA, 2006, p.92).

Pela citação acima, nota-se que as regiões Norte e Nordeste tiveram as maiores experiências em vivenciar esse tipo de educação. Necessário é citar que historicamente essas regiões sempre foram tidas como as que emperraram e/ou dificultaram o “desenvolvimento” do Brasil. Assim sendo, foi ideologicamente bem planejado pelo Ministério da Agricultura implantar algo que no pensamento da elite, serviria para levar à falsa e ilusória ideia de que os filhos dos agricultores estariam tendo um ensino que servisse para promover o progresso e o desenvolvimento da região e conseqüentemente do país.

No entanto, esse tipo de educação ofertada, serviu apenas e tão somente para legalizar e legitimar uma prática de dominação, um tipo de escravidão moderna dos trabalhadores, e a completa subserviência dos mais pobres para com os mais ricos.

Salienta-se ainda, que os atuais modelos ofertados de educação agrícola carregam em suas entrelinhas até hoje grande parte desse formato de educação. Uma educação que se molda completamente aos interesses dos ricos, interessada em sanar uma demanda de mão-de-obra de mercado, que possui na escola a sua maior aliada. Uma educação que não prepara e nem projeta os estudantes para assumirem seu papel na sociedade, que visa mantê-los na condição de passividade, de alienação, alheios aos fatos históricos e sociais, algo que não os possibilitem serem reflexivos, questionadores e assim, não possam ser participantes ativos do processo de construção social de um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo.

O que temos no tocante a educação agrícola ofertada nesse país, sobretudo nos cursos técnicos em agropecuária de nível médio, é ainda a formação de “capatazes” (MENDONÇA, 2006, apud SALLES, 1941), é possível afirmar que numa roupagem mais moderna, diria até que voltada às novas técnicas de produção, melhor relacionamento entre líderes e liderados margeados por um processo de evolução social natural. De forma geral, uma educação que ainda mantém um abismo, ou um distanciamento abissal entre as classes neste país, modelo este que não se sustera diante da grande necessidade de mudança de paradigmas e formas sociais, políticas, ambientais e culturais de um novo fazer educacional, propostos pela educação do campo. Nesse sentido propomos abaixo a pedagogia da alternância como uma prática pedagógica da escola do campo, possível de ser aplicada no curso objeto de estudo.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE, campus Crato, inicialmente denominado de Escola de Tratoristas do Crato, Colégio Agrícola do Crato e Escola Agrotécnica Federal do Crato, tornou-se pioneiro na oferta do ensino técnico agropecuário na região do Cariri, sul do Estado do Ceará e nos estados circunvizinhos como Pernambuco, Piauí e Paraíba. O ensino ofertado historicamente por essa instituição de ensino tem se voltado aos interesses dos coronéis que constituem a elite ruralista local. A escola tem servido como fomentadora na produção de uma mão de obra especializada para ser vendida as grandes e médias empresas rurais da região.

Nesse contexto, não se percebe por meio da formação ofertada pela instituição preocupação com os pequenos agricultores, com a agricultura familiar, com a permanência dos jovens no campo, considerando que o Crato ainda possui uma economia eminentemente agrícola.

A referida escola continua mantendo em seu ensino as mesmas práticas pedagógicas e ideológicas da elite ruralista que a fundou, e isso se deve a tentativa em manter o status quo de dominadores, líderes, sobre seus dominados, liderados, fazendo com que a principal relação estabelecida entre essas duas classes seja de exploração e comercialização de mão-de-obra barata, o que faz com que os estudantes e suas comunidades rurais permaneçam subservientes e aquietadas como sempre foram e os latifundiários como detentores dos bens e das riquezas produzidas.

Entendemos que na tentativa de diminuir essas desigualdades e formas de dominação, seja necessário pensar e propor a pedagogia da alternância como uma possibilidade de aproximação entre a instituição de ensino técnico pesquisada e as comunidades em seu entorno, principalmente no que tange aos estudantes não terem que se deslocar de suas comunidades para se dedicarem integralmente ao ensino lá ofertado e assim poderem de fato se dedicarem a mais a formas de desenvolvimento em suas próprias localidades.

2.2 A Pedagogia da Alternância como Possibilidade de Aplicação Didático-Metodológica no Curso Técnico Integral em Agropecuária do IFCE, campus Crato.

As discussões sobre a educação do campo no Brasil, surgem relacionadas às lutas por aquisição das terras, a valorização dos sujeitos que residem no campo e a carência de um modelo de educação que se volte aos reais anseios dos camponeses nos âmbitos social, cultural e político dentre outros. Destaca-se que os fatores que instigaram os movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária e a educação do campo no Brasil, estão a ausência de compromisso, de propostas e de políticas educacionais voltadas aos povos camponeses, marcadas essencialmente pela omissão do Estado brasileiro que sempre privilegiou o agronegócio e a manutenção dos latifúndios nesse país. Esses fatores têm gerado numa escala gigantesca o abandono das localidades rurais, principalmente por jovens e adultos que sem perspectivas de desenvolvimento sentem-se obrigados a se deslocarem para os centros urbanos. Isso, além de acentuar uma cultura de discriminação do rural frente ao urbano, tem causado um processo cruel de exclusão e segregação sem precedentes entre esses espaços geográficos e seus sujeitos no Brasil.

Ressalta-se que a educação do campo possui metodologias educacionais específicas, próprias, que se contrapõem a ideologia dominante do agronegócio e seus latifundiários, e a educação urbana. A educação do campo busca prospectar potencialidades nas localidades rurais por meio da utilização racional, consciente dos recursos naturais ali presentes. Tais práticas, primam também pela valorização dos sujeitos ali existentes, incluindo sua cultura e preservação da identidade como fatores indissociáveis do processo de desenvolvimento.

Diante disso, torna-se preciso citar que dentre tantos preceitos didáticos-metodológicos presentes na forma de ensinar da educação do campo, destacamos uma metodologia que ao nosso ver poderá ser ressignificada e aplicada ao ensino técnico agropecuário na escola pública de âmbito federal. Trata-se da pedagogia da alternância, que consiste em possibilitar que os estudantes passem períodos em suas comunidades, com suas famílias, o que denomina-se de Tempo Comunidade- (TC) e outro período na escola, o que denomina-se de Tempo Escola- (TE). Tal metodologia de ensino possibilita que os alunos desenvolvam suas atividades escolares nas localidades onde moram e consigam conciliar os trabalhos do campo e o convívio familiar com as atividades de estudo, isso permite que haja uma melhor interação dos conteúdos formais vivenciados durante o tempo escola e a sua aplicação prática no tempo comunidade.

A pedagogia da alternância vem sendo apontada, inclusive nos seus marcos normativos, como a alternativa mais viável para contemplar as especificidades das pessoas que vivem no e do campo, em suas comunidades, através da integração família, comunidade e escola, além de possibilitar uma melhor ligação e articulação entre teoria e prática, elementos indispensáveis ao processo de formação.

A alternância já é utilizada nos cursos técnicos em agropecuária há décadas nas Escolas Famílias Agrícolas- EFAS em diversas regiões do Brasil, isso nos permite com segurança sugerir e tentar replicar/reinventar tal prática no ensino técnico agropecuário integral na escola pública de âmbito federal. Além disso, essa forma de educar permite que a

comunidade campesina participe mais do cotidiano da escola, pois a comunidade ajuda a construir esse ambiente de ensino-aprendizagem, demonstrando interesse pelo que acontece no interior dessa importante instituição social. Essa dinâmica de interação permite à promoção de uma educação de qualidade, bem como a transformação positiva das vidas desses sujeitos.

É importante destacar ainda dentro da pedagogia da alternância que tais ensinamentos buscavam associar aprendizado técnico com o conhecimento crítico do cotidiano comunitário baseando-se em uma divisão sistemática do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente familiar. Esta segundo grandes educadores brasileiros e os movimentos sociais, é um dos mais importantes preceitos didáticos-metodológicos da educação do campo na busca de uma educação de melhor qualidade. Entende-se assim, que esta pode ser aplicada ao ensino técnico agropecuário na escola pública tradicional. Certamente tal mescla, trará excelentes resultados, considerando que o ensino técnico agropecuário está fortemente ligado ao meio campesino.

A pedagogia da alternância pode ser aplicada ao curso técnico em agropecuária por todo o seu histórico de sucesso em outras instituições escolares em várias partes do Brasil. Essa tendência pedagógica representa a possibilidade real dos estudantes unirem suas atividades educacionais sem perder o convívio familiar algo indispensável para a formação humanística e de personalidade desses jovens estudantes.

É urgente que um curso técnico em agropecuária em escola pública federal e na modalidade integral, adquira em seu currículo formas de ensino que valorizem a existência de uma agricultura orgânica, da não aceitação de organismos geneticamente modificados-OGM's, como os alimentos transgênicos, dentre outros aspectos combatidos pela educação do campo. Sugerimos a pedagogia da alternância pois entendemos a grande importância que há em esses estudantes não se distanciarem por longos períodos do convívio familiar e comunitário. Tal proposta pedagógica servirá como um elemento fortalecedor da relação teoria e prática que deverá ser vivenciada pelos estudantes ao transpor conhecimento teórico ao fazer diário em suas comunidades. Tentaremos perceber pelas questões formuladas aos estudantes pesquisados o que eles compreendem sobre a educação do campo, a pedagogia da alternância e demais aspectos referentes a essa temática e como o curso deles aborda ou não, questões ligadas a tais propostas pedagógicas. Tais análises nos darão embasamento para reafirmarmos a grande carência de ensinar no referido curso, conhecimentos que de fato possam modificar para melhor a vida dessas pessoas e das suas comunidades.

Na sequência, eis que trataremos da metodologia utilizada na realização da pesquisa, além da apresentação, análise e discussão dos dados.

RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS

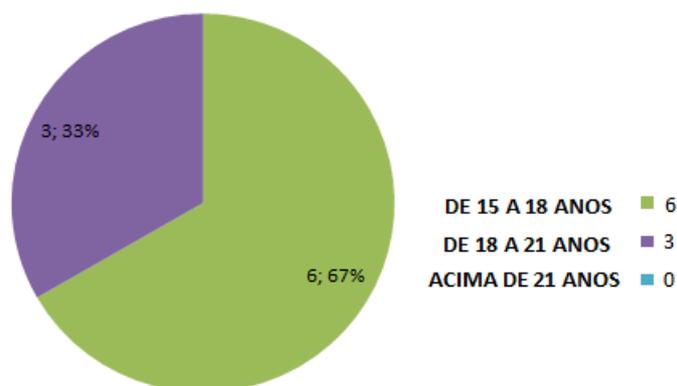
A referida pesquisa de campo de natureza exploratória, quanti-qualitativa foi desenvolvida em duas distintas fases a saber: a primeira fase consistiu de sucessivas visitas ao campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE no Município do Crato, região do Cariri, Sul do Estado do Ceará, no ano de 2017, aos alunos selecionados para a pesquisa na 2^a. e 3^a. séries, turmas A e B do Curso Técnico Integrado em Agropecuária. O universo amostral da pesquisa é formado por alunos residentes na zona rural dos municípios de Crato, Nova Olinda e Porteirias, todos na região do Cariri, Sul do Ceará. O levantamento de dados foi realizado entre os meses de novembro e dezembro de 2017 com os alunos.

Inicialmente comporiam o universo amostral, a quantidade de doze alunos, dos quais: um é aluno da 2^a série, turma A, quatro são alunos da 2^a. série turma B, um é aluno da 3^a série turma A e seis são alunos da 3^a. série turma B, perfazendo um total de doze estudantes selecionados para a amostra. No entanto, desse total, dois estudantes são desistentes e um deles recusou-se a participar da referida pesquisa. Ficando assim o quantitativo de nove estudantes. Na pesquisa, foram aplicados junto aos discentes, dois tipos de questionários, um deles com perguntas do tipo fechadas e um outro com perguntas do tipo abertas, dados os quais analisaremos e discutiremos a seguir. Os questionários com perguntas do tipo fechadas indagavam sobre os seguintes aspectos:

A) Qual a sua idade?

De: 15 a 18 anos? De 18 a 21 anos? Acima de 21 anos? Obtivemos as seguintes respostas de acordo com o gráfico abaixo:

FIGURA-1 PERCENTUAL DE IDADE



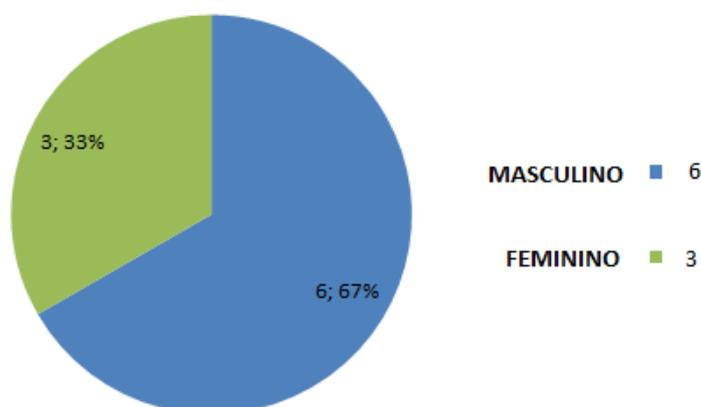
Fonte: Autor.

Figura 1 - Gráfico- Percentual de idade

B) Qual o seu sexo?

Masculino? ou feminino? Obtivemos as seguintes respostas de acordo com o gráfico abaixo:

FIGURA-2 SEXO DOS ALUNOS/AS

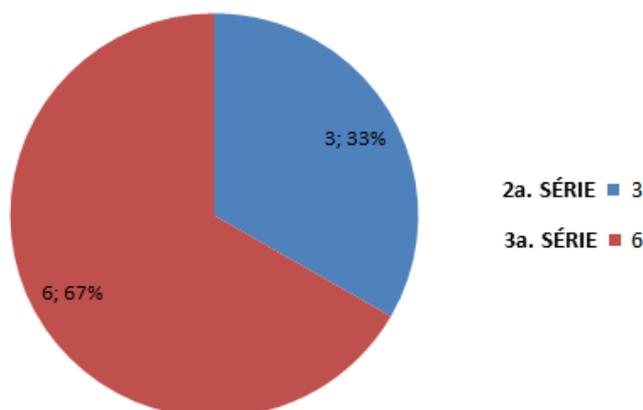


Fonte: Autor.

Figura 2 - Gráfico- Sexo dos alunos/as

C) Qual série você cursa no Curso Técnico em Agropecuária do IFCE Campus Crato? 2ª. série? Ou 3ª. série? Obtivemos as seguintes respostas de acordo com o gráfico abaixo:

FIGURA -3 SÉRIE CURSADA PELOS ALUNOS/AS



Fonte: Autor.

Figura 3 - Gráfico- Série cursada pelos alunos/as

A partir da análise desses gráficos pode-se perceber que a maioria dos estudantes se situam numa faixa etária entre 15 a 18 anos e que a maior parte destes, são do sexo masculino, e estudantes da 3ª. série.

Esses alunos são oriundos de localidades rurais, este foi o principal critério de escolha deles para participarem da pesquisa, são filhos/as de agricultores de base familiar, com uma renda média mensal oscilando entre 1 (um) e 1,5 (um e meio) salários mínimos, renda esta obtida por meio da agricultura de sequeiro e complementada pelas bolsas sociais ofertadas no âmbito de políticas de transferência de rendas do governo federal.

A seguir faremos a análise e discussões sobre as respostas dos estudantes da 2ª. série turmas A e B, sobre as perguntas abertas.

A) Como você avalia os ensinamentos recebidos no Curso Técnico em Agropecuária?

Entrevistado A: “ São benéficos, pois quando não sabemos aprendemos, quando a gente já sabe, aprofunda sobre o assunto.”

Entrevistado B: “ São muito bom. Os professores são bem capacitados, mas a melhor parte dos ensinamentos são as práticas de cada matéria”.

Entrevistado C: “ Bom”.

Pelas respostas obtidas, os estudantes consideram satisfatórios os ensinamentos obtidos no referido curso e destacam a relevância das atividades práticas para o enriquecimento das aulas.

B) Você já ouviu falar em educação do campo?

Entrevistado A: “ Sim”.

Entrevistado B: “ Não”.

Entrevistado C: “Não”

Constata-se assim que a maioria dos estudantes da 2ª. série entrevistados não ouviram se quer falar sobre educação do campo, o que demonstra um grave problema, pois a educação do campo é algo que deve ser discutida nos conteúdos ministrados no curso técnico em agropecuária, por todo o contexto de formação histórico, político e social e de luta pela reforma agrária, conteúdos estes imprescindíveis na formação dos sujeitos do referido curso.

C) O que você compreende sobre educação do campo?

Entrevistado A: “ Educação do campo é onde eles buscam tratar assuntos referente a agricultura e ensinam a você plantar de forma consciente”.

Entrevistado B: “ Eu acho que é ensinar as pessoas do campo”.

Entrevistado C: “ Possivelmente seria práticas para melhorar a vivência no ambiente rural”.

Nota-se pelas respostas obtidas que os estudantes da 2ª. série possuem noções superficiais, vagas, abstratas sobre a compreensão de educação do campo. Isso vem confirmar as respostas dadas a pergunta A, onde fica claro que nem as definições e conceituações básicas sobre essa importante forma de educação para os povos camponeses não obtiveram em seu curso.

D) Você considera que o ensino recebido no seu curso de Técnico em Agropecuária é suficiente para de alguma forma mudar positivamente à sua comunidade?

Entrevistado A: “ Sim, uma boa parte do que aprende-se pode-se beneficiar de algumas maneiras”.

Entrevistado B: “ Sim, porque eles ensinam muitas formas diferentes, eles explicam como você deve fazer para quando for colocar em prática na comunidade”.

Entrevistado C: “ Sim”.

Os entrevistados concordam que o ensino recebido no curso objeto de estudo é suficiente para de alguma forma mudar positivamente a comunidade. No entanto, não deixam claro de que forma essa mudança ocorre.

E) Como você avalia a sua capacidade de atrelar o conhecimento ora recebido com a possibilidade de gerar desenvolvimento econômico e social em sua comunidade?

Entrevistado A: “ Bom”.

Entrevistado B: “ É sem dúvida uma ideia a se pensar, avalio como uma ótima possibilidade”.

Entrevistado C: “ Regular”.

Infere-se pelas respostas obtidas que os estudantes não sentem segurança e preparo necessários no tocante a atrelar teoria à prática com vistas ao desenvolvimento econômico e social de suas comunidades. Isso é possível deduzir pela superficialidade das respostas acima destacadas.

F) O Curso de Técnico em Agropecuária em sua forma de construção e repasse de conhecimento em interação com a realidade social do seu contexto, como tem colaborado para a disseminação de conhecimentos em sua comunidade?

Entrevistado A: “ Tem me ajudado muito. Para quando algum produtor precisar de tirar alguma dúvida e eu souber eu poder ajudar”.

Entrevistado B: “ Muito tem colaborado com conhecimentos, ele dar a oportunidade de um agricultor que queira se aprofundar mais em uma área específica”.

Entrevistado C: “ De todas as maneiras possíveis, nas pequenas e nas grandes relações, por menor que seja ou maior”.

Fica claro a partir da análise das respostas que os estudantes não se reportam diretamente às suas comunidades, e que pensam em utilizar tais conhecimentos na assessoria técnica de sujeitos ou empresas agropecuárias que estão externas às suas comunidades.

G) Você acha que o seu Curso de Técnico em Agropecuária, tem lhe preparado o suficiente para perceber as potencialidades da sua comunidade, com vistas ao desenvolvimento sustentável?

Entrevistado A: “ Não”.

Entrevistado B: “ Sim, o curso técnico em agropecuária vem me mostrando cada vez mais novas maneiras de cultivar de forma sustentável sem usar agrotóxicos”.

Entrevistado C: “ Tem me preparado, mas não o bastante”.

Percebe-se que pela maioria das respostas o Curso de Técnico em Agropecuária não tem preparado o suficiente para perceberem nas comunidades potencialidades que promovam o desenvolvimento sustentável.

H) Você acha que o seu Curso de Técnico em Agropecuária, tem lhe preparado para compreender bem as relações sociais que permeiam sua comunidade?

Entrevistado A: “ Não muito, mas vem buscando”.

Entrevistado B: “ Mais ou menos”.

Entrevistado C: “ Eu acho que sim”.

É visível pela apreciação das respostas que os estudantes não tem segurança em afirmar se o curso técnico em agropecuária está lhe preparando para compreender bem as relações sociais que permeiam suas comunidades.

I) Como são trabalhados os conteúdos em seu Curso de Técnico em Agropecuária no que tange a valorização e preservação da identidade cultural da sua comunidade?

Entrevistado A: “ São trabalhados de maneira que o aluno entenda o que ele está fazendo naquela prática. Para que eles no futuro ajude a outras pessoas”.

Entrevistado B: “ Vem sendo trabalhado no geral, apontando melhorias”.

Entrevistado C: “ Não é trabalhado esse assunto”.

Pelas análises das respostas obtidas com os estudantes da 2ª. série do Curso Técnico em Agropecuária, fica claro que o referido curso não trabalha conteúdos que busquem a valorização e preservação da identidade cultural dessas comunidades, o que é lamentável, pois sem valorizar isso, se perde muito da história e memória dessas pessoas e das suas comunidades. Se preocupar com a preservação cultural e identitária desses povos e suas comunidades rurais têm sido a tônica da educação do campo, dentre outros relevantes aspectos.

A seguir faremos a análise das respostas obtidas nas entrevistas dos alunos da 3ª. série do Curso Técnico em Agropecuária do IFCE Campus Crato no ano de 2017. As referidas análises e discussões, são as que abaixo seguem:

A) Como você avalia os ensinamentos recebidos no Curso Técnico em Agropecuária?

Entrevistado A: “ Bons. Depende-se apenas de seu rendimento, ou seja, o aluno que demonstrar o aprender tem altas chances de crescer na vida com os ensinamentos estabelecidos”.

Entrevistado B: “ Avalio como extra positivo para a minha formação acadêmica, e super relativo para a minha formação humana”.

Entrevistado C: “ Avalio de forma positiva, ou seja, o curso de técnico em agropecuária nos ensinam de maneira simples, onde a pessoa aprende muito bem”.

Entrevistado D: “ O curso é avaliado de uma forma bem desenvolvida, pelo fato de levar com bastante frequência, e um bom desenvolvimento para o aluno em todos os aspectos e oferecendo o que tem de melhor para cada aluno”.

Entrevistado E: “ Excelente pois prepara bem os alunos para serem ótimos profissionais no futuro”.

Entrevistado F: “ É um ensino bom, mas não é ótimo por algumas maneiras de avaliar”.

Após análise das respostas infere-se que a maioria dos estudantes entrevistados da 3ª. série avaliam como de qualidade os ensinamentos recebidos no curso objeto de estudo.

B) Você já ouviu falar em educação do campo?

Entrevistado A: “ Não”.

Entrevistado B: “ Não, pois o curso não disponibiliza de tais meios”.

Entrevistado C: “ Não”.

Entrevistado D: “ sim”.

Entrevistado E: “ Sim”.

Entrevistado F: “ Não”.

A maioria dos alunos responderam que não ouviram falar em educação do campo, isso denota uma preocupante realidade, considerando que a área de formação técnica deles se voltará em sua aplicação prática às localidades rurais.

C) O que você compreende sobre educação do campo?

Entrevistado A: “ Nada, pois não havia tido e nem ouvido falar”.

Entrevistado B: “ Educação voltada para o pequeno e grandes produtores rurais, tais como: cooperativas de associações e telecomunicações etc”.

Entrevistado C: “ Compreendo que a educação do campo irá nos trazer, ou seja, mostrar as práticas e ensinamentos adequados para a comunidade, visando principalmente o agricultor”.

Entrevistado D: “ Na minha perspectiva, educação do campo é levar o bom conhecimento para o pequeno produtor, não só pela parte da agricultura mais também, verificar o que acontece intelectualmente com os pequenos agricultores no seu dia- a- dia, pois a vida no campo ajudam o bom desenvolvimento da agricultura familiar”.

Entrevistado E: “ É a forma de aprender sobre os meios rurais e suas tecnologias visando em produzir de forma eficiente”.

Entrevistado F: “ Não compreendo, mas eu acho que seja para nós como moradores de sítios ter uma educação respeitosa”.

Os entrevistados ao responderem essa indagação demonstram que não compreendem sobre educação do campo, isso denota que tais temáticas não estão sendo abordadas no referido curso.

D) Você considera que o ensino recebido no seu curso de Técnico em Agropecuária é suficiente para de alguma forma mudar positivamente à sua comunidade?

Entrevistado A: “ Sim, muitas disciplinas questionam bastante tanto na parte de compreender quanto na parte de produtividade e de lucros financeiros. Ex. Agronegócio”.

Entrevistado B: “ Sim, pois através dos ensinamentos adquiridos posso melhorar a produção da minha comunidade”.

Entrevistado C: “ Sim, pois o ensino que recebemos no curso, a gente não ver acontecendo de forma correta em nossa comunidade”.

Entrevistado D: “ pela parte da extensão rural sim, pois o extensionista ao levar os seus conhecimentos para o campo, poderá sim desenvolver outros métodos, fora parte”.

Entrevistado E: “ Sim, pois com o meu aprendizado irei de alguma forma realizar mudanças em minha comunidade”.

Entrevistado F: “ Sim, como trazer projetos para a comunidade que aprendemos na instituição e ter como lidar com a agropecuária da maneira certa”.

Os estudantes na sua quase totalidade afirmaram ser suficiente o ensino ofertado no curso objeto de estudo para tentar mudar positivamente suas comunidades, embora alguns alunos se mostraram confusos em entender e responder adequadamente a pergunta.

E) Como você avalia a sua capacidade de atrelar o conhecimento ora recebido com a possibilidade de gerar desenvolvimento econômico e social em sua comunidade?

Entrevistado A: “ Considero pouco complexo, pois diante do conhecimento não aproveitei muito as oportunidades”.

Entrevistado B: “ Através de assistência técnica aqueles produtores, e transmissão de conhecimentos para os demais da comunidade”.

Entrevistado C: “ Avalio que, eu posso ter essa possibilidade de gerar desenvolvimento econômico e social na minha comunidade, pois meu conhecimento é suficiente para isso”.

Entrevistado D: “ Por estar me formando agora, a minha capacidade é média, pois será um pequeno desafio, no entanto com bastante capacidade para dar tudo certo, com isso podemos fazer reuniões, más aperfeiçoando novas técnicas também”.

Entrevistado E: “ *Realizando e desenvolvendo projetos, trabalhando de forma eficaz entre outros*”.

Entrevistado F: “ *Nesse momento falta um pouco de conhecimento para que ocorra uma possibilidade de gerar desenvolvimento*”.

Percebe-se pelo teor das repostas que a os estudantes avaliam como insuficiente sua capacidade de atrelar teoria à prática na busca de promover desenvolvimento econômico e social em suas comunidades. Alguns salientam a necessidade de uma boa prática para possibilitar essa habilidade.

F) O Curso de Técnico em Agropecuária em sua forma de construção e repasse de conhecimento em interação com a realidade social do seu contexto, como tem colaborado para a disseminação de conhecimentos em sua comunidade?

Entrevistado A: “ *Tem colaborado para construção de projetos em que ajudam muitas comunidades em produtividade, más não foi estabelecido na minha não*”.

Entrevistado B: “ *Por meio de palestras junto com os professores do Instituto Federal e demais órgãos responsáveis*”.

Entrevistado C: “ *Tem colaborado muito bem, pois os conhecimentos da comunidade é totalmente diferente dos conhecimentos que o curso de técnico em agropecuária nos oferece*”.

Entrevistado D: “ *Tem colaborado por levar o pequeno agricultor um conhecimento mais superficial, onde ele vai ver o que realmente é preciso fazer para sua vida mudar*”.

Entrevistado E: “ *Muita, pois a minha comunidade trabalha muito no ramo da agroecologia*”.

Entrevistado F: “ *Na minha comunidade ainda não está sendo colaborado em nada por não ter que apresentar algum projeto prático*”.

Os estudantes afirmam que o curso tem oferecido alguns subsídios para a disseminação dos conhecimentos nas comunidades. No entanto, nota-se que são ações voltadas para a promoção de práticas do agronegócio e não da agricultura familiar, que é o que constitui a realidade de tais comunidades onde residem esses alunos.

G) Você acha que o seu Curso de Técnico em Agropecuária, tem lhe preparado o suficiente para perceber as potencialidades da sua comunidade, com vistas ao desenvolvimento sustentável?

Entrevistado A: “ *Não, más socialmente sim*”.

Entrevistado B: “ *Tem me preparado razoável, pois falta aula prática suficiente, e poucas visitas técnicas para melhorar o aprendizado*”.

Entrevistado C: “ *Sim, más não me sinto preparado o suficiente para perceber as potencialidades*”.

Entrevistado D: “ *Sim, pois com vista no desenvolvimento sustentável do técnico, percebi que a comunidade tende a se desenvolver mais ainda, com a ajuda do técnico, a comunidade tem incentivo*”.

Entrevistado E: “ *Sim, pois o meu curso de técnico em agropecuária tem excelentes aulas preparatórias*”.

Entrevistado F: “ *Eu ainda não estou bem preparado para este tipo de desenvolvimento, pois pretendo melhorar, estudar para ter essas potencialidades*”.

Pela a análise das respostas, os estudantes possuem dificuldade em perceber potencialidades que gerem desenvolvimento sustentável em suas comunidades. Dentre os

fatores por eles apontados, poucas visitas técnicas e atividades práticas, dificultam e/ou impedem tal percepção.

H) *Você acha que o seu Curso de Técnico em Agropecuária, tem lhe preparado para compreender bem as relações sociais que permeiam sua comunidade?*

Entrevistado A: “ Não”.

Entrevistado B: “ *Tem me preparado razoável, pois pouco debate em sala de aula sobre relações sociais.*”

Entrevistado C: “ *Sim, más não me sinto capacitado*”.

Entrevistado D: “ *Sim, pois se o pequeno agricultor trabalhar com parcerias e ajuda do seu parceiro a sociedade se desenvolve facilmente, com isso a comunidade tende a se desenvolver*”.

Entrevistado E: “ *Sim, pois ao estudar o curso técnico em agropecuária irei ter um conhecimento para repassar para a comunidade*”.

Entrevistado F: “ *Compreendo bem não, más algumas coisas dar sim*”.

Pelo teor das respostas que o curso objeto de estudo não desenvolve na maioria da visão dos estudantes uma forma de ensino que vise ajudá-los a compreender as distintas relações sociais existentes nas suas comunidades, isso poderá tornar o ensino ofertado descontextualizado das vivências sociais desses estudantes o que poderá causar uma acentuada queda na qualidade do ensino ministrado.

I) *Como são trabalhados os conteúdos em seu Curso de Técnico em Agropecuária no que tange a valorização e preservação da identidade cultural da sua comunidade?*

Entrevistado A: “ Não”.

Entrevistado B: “ *Não, pois é pouco discutido a preservação da identidade cultural*”.

Entrevistado C: “ *Sim, pode ser trabalhado na disciplina de agroecologia*”.

Entrevistado D: “ *São trabalhados na parte de agroecologia, onde os pequenos agricultores produzem da mesma forma que produziram antes, ou seja, preservando sua cultura, más aperfeiçoando novas técnicas também*”.

Entrevistado E: “ *São trabalhados de forma prática fazendo por onde aprender um conhecimento incrível*”.

Entrevistado F: “ *Na minha comunidade não está sendo posto em prática essa valorização.*”

Percebe-se pelas respostas obtidas que a grande parte dos estudantes confundiram o termo “preservação da identidade cultural da sua comunidade” com “preservação de tipos de espécies de culturas agrícolas”, isso pode ser interpretado como ausência de conteúdos que busquem valorizar, respeitar e preservar a identidade cultural das comunidades no que tange à cultura, às crenças e os valores ali cultivados, elementos fortemente presentes na educação do campo.

A educação do campo ao nascer nos movimentos sociais de luta pela terra e na resistência a dominação do grande capital, tem buscado desenvolver formas de educar voltadas para o respeito à terra e as mais distintas formas de vida nela presente. Assim, num curso que se propõe em formar técnicos em agropecuária não pode ficar excluído, indiferente a essa grande necessidade. O que se percebe com base nas respostas obtidas é que os alunos público alvo da pesquisa, possuem pouquíssimo ou nenhum conhecimento sobre as técnicas e modos do trabalho pedagógico desenvolvidos na educação do campo.

A educação por si só, seja ela tradicional regular, ou do campo, não poderão assumir o compromisso e responsabilidade de resolverem todos os percalços sociais nos quais estamos imersos. No entanto, discutir educação do campo e sua relevância para o resgate da

autoestima dos camponeses em terem uma educação que de fato supra suas necessidades é urgente e imprescindível num curso desse tipo.

Uma educação descontextualizada da prática social dos seus alunos, torna-se falha na sua missão de desalienar e projetar esses sujeitos à autonomia social, política e por consequência, cidadã.

Quando se tem um ensino que se ocupa em reproduzir hodiernamente ideologias dominantes, que privam os discentes desse experienciar mais aproximado e aprofundado entre teoria e prática dentro de suas localidades, considerando suas limitações e potencialidades, a educação perde-se na incompletude da sua práxis possibilidades reais de fazer com que esses estudantes se desenvolvam a partir das suas conjunturas e tessituras sociais, por meio de releituras as quais seriam possíveis de serem feitas se tivéssemos uma educação comprometida e compromissada com tais aspectos. Quando esta, não cumpre a contento o seu papel, acaba por relegar esses indivíduos a uma incapacidade, inabilidade de se reconhecerem enquanto sujeitos políticos e históricos, e portanto, incapazes de ascensão social, o que diretamente na fatídica história da educação desse país tem corroborado para a gravíssima situação educacional, sócio-política-cultural que vivenciamos.

4 CONCLUSÕES

Enfrentar o desafio de escrever sobre a educação do campo, suas metodologias pedagógicas e seus contrapontos com a educação rural no Brasil, foi sem dúvidas uma tarefa complexa. Como apontado durante o texto à educação do campo surge no seio dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e pelas causas sociais, é uma educação que se preocupa em levar aos trabalhadores rurais e aos seus filhos um ideário de luta por manter e preservar a cultura, a identidade, a valorização do outro, a partilha entre eles dos bens necessários à sobrevivência. É notório que a educação rural desde o seu surgimento no Brasil, trouxe grandes implicações para a vida dos povos camponeses, tais implicações se traduzem essencialmente por ter sido uma educação voltada para manter os privilégios da elite ruralista que perduram nesse país, e de levar conhecimentos técnicos aos filhos dos agricultores tão somente na medida exata que possam suprir uma demanda de mão-de-obra cada vez mais crescente no agronegócio brasileiro.

Procurou-se aqui, falar sobre as experiências metodológicas da educação do campo, apontando suas principais maneiras de educar, procurando dar ênfase sobre como tais práticas pedagógicas poderão ou não contribuir para a melhoria da qualidade do ensino técnico agropecuário integrado ao ensino médio ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, IFCE, campus Crato. Para se chegar a alguns resultados e conclusões foram percorridos vários caminhos, desde o resgate da trajetória histórica de como se deu o ensino rural neste país, os marcos legais e o contexto histórico, político e social do surgimento da educação do campo, a análise da grade curricular do referido curso e a criteriosa análise das respostas dos estudantes obtidas por meio da aplicação de questionários impressos com perguntas tanto abertas quanto fechadas.

As informações obtidas sobre o surgimento histórico dos modelos de educação aqui descritos, suas conceituações e principais aspectos, são frutos de um intenso levantamento bibliográfico documental. Tais análises possibilitam perceber as principais dissidências entre esses modelos de educação e os contextos históricos nos quais se inseriram. Enquanto a educação rural preocupou-se em manter alienados os povos camponeses, a educação do campo desde o seu surgimento tem empreendido esforços para oferecer uma educação que os liberte, que os ajude a refletir com criticidade, que os livre do domínio das forças opressoras, uma educação voltada realmente para as necessidades dos camponeses e suas comunidades.

A educação rural no Brasil surgiu a partir das conjunturas organizadas pelos grandes donos das terras, com o sentido claro de produzir mão-de-obra barata dos filhos dos agricultores para serem empregadas no agronegócio brasileiro, e assim, dominá-los, espoliá-los. A educação do campo reforça suas ações e ideologias a partir da luta pela terra, a partir do inconformismo, diante do processo de espoliação do camponês, essa educação se faz e se refaz no seio dos movimentos sociais que não se inclinam diante do poder esmagador e nocivo do capitalismo que impera nos mais distintos setores nesse país.

Foi necessário ainda fazer um estudo da matriz curricular do curso técnico em agropecuária da instituição em estudo, a partir de tal estudo tornou-se possível perceber que apesar de trabalhar em sua grade curricular algumas disciplinas ligadas ao meio rural, a disciplina que mais se aproxima à educação do campo é a disciplina de agroecologia, as demais se voltam para uma formação técnica tradicional, visando gerar conhecimento para sanar a demanda de mão-de-obra dos médios e grandes empreendimentos rurais. Encontramos poucas disciplinas na matriz curricular que os ajudem a perceber as potencialidades de suas comunidades e a permanência dos estudantes em suas localidades como uma forma de procurar desenvolvê-las a partir da valorização da cultura, da identidade,

dos valores e das práticas sociais lá cultivados, práticas essas bem presentes nesse modelo de educação.

A educação do campo busca formar seres essencialmente políticos, que possam intervir no sentido de mudar positivamente o difícil contexto social e econômico das localidades rurais onde habitam. Entendemos ainda que técnicos em agropecuária necessitam dessa formação para que possam voltar e permanecerem em suas comunidades e não apenas serem obrigados a trabalhar em grandes empresas rurais que é o que mais ocorre na atualidade. Além disso, pensamos ser preciso criar mecanismos para que os alunos não se distanciem por longos períodos de suas comunidades, pois entendemos que isso os impedem de estarem aplicando a contento os conhecimentos adquiridos na escola, em atividades práticas aonde residem, e isso causa uma grande lacuna na formação destes. A respeito disso, sugere-se que a pedagogia da alternância amplamente utilizada pelas Escolas Famílias Agrícolas- EFAS em vários estados do Brasil e por muitas décadas, sejam aplicadas ao referido curso como uma solução viável para sanar tal distanciamento dos alunos do seio familiar, comunitário. Essa prática possibilitará uma melhor integração entre escola-aluno-comunidade, algo apontado por muitos estudiosos como imprescindível para o sucesso da escola e do processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa foi realizada com nove estudantes entre a 2ª série A e 3ª série B do curso objeto de estudo, no ano de 2017. Os alunos selecionados são moradores das localidades rurais do Sítio Santo Antônio em Crato, Sítio São João, Nova Olinda e Sítio Vieira Grande em Porteiras, todos sendo municípios da região do Cariri, sul do Estado do Ceará.

Tais levantamentos foram indispensáveis para constatar que os conhecimentos ofertados no curso em estudo foi avaliado pela maioria dos alunos como bom. Apesar disso, disseram não ajudá-los a perceberem potencialidades de desenvolvimento em suas comunidades, um curso em que a maioria dos estudantes entrevistados nem se quer ouviram falar em educação do campo. Fica claro à luz das respostas obtidas, que os estudantes apesar de considerarem que o ensino recebido no referido curso é suficiente para de alguma forma mudar positivamente suas comunidades, eles não sentem segurança em apontar de quais formas e/ou maneiras isso seria possível, o que ao nosso ver, contribui para continuar causando a migração desses jovens recém-formados de suas localidades em busca de emprego e renda em outras regiões do país, ou por meio de outras atividades, denotando assim na prática o que a maioria deles afirmam, ou seja, que possuem pouca, ou nenhuma habilidade de atrelar o conhecimento teórico recebido com a possibilidade de geração de desenvolvimento econômico e social em suas comunidades. Apontam ainda que poucas aulas práticas e poucas visitas técnicas, são fatores que dificultam e/ou impedem o desenvolvimento de tais habilidades.

Quando os estudantes são indagados sobre como são trabalhados os conteúdos em seu curso técnico em agropecuária no que tange a valorização e preservação da identidade cultural da sua comunidade, eles não entendem exatamente o que é identidade cultural, isso nos mostra que a educação tradicional obtida por eles não valoriza e nem respeita as formas de cultura e a dinâmica própria dos povos camponeses. Isso torna ao nosso ver uma educação descontextualizada da prática social, das vivências cotidianas, elementos tão importantes para fortalecer o processo de aprendizagem.

Entendemos que uma forma de tornar o ensino agropecuário mais aproximado das comunidades se dê pela adoção de metodologias de ensino que não distanciem os alunos do seu convívio familiar, comunitário, como a pedagogia da alternância por exemplo. Além disso, percebe-se que o curso necessita adotar em seu currículo disciplinas que valorizem a agricultura familiar, a convivência com o semiárido, a valorização dos sujeitos do campo, a

importância da construção coletiva, numa perspectiva de educação cidadã, humanística, uma educação que realmente os projete para a libertação.

É nesse aspecto que a educação do campo está inserida, numa relação de complementariedade entre escolas, sujeitos, suas comunidades e seus contextos, uma educação que seja capaz de provocar reflexão, agindo sempre no sentido de perseguir a inserção social desses indivíduos.

Ainda se precisa fazer muito para mudar a difícil realidade dos povos que residem no campo nesse Brasil, precisa-se reforçar um modelo de educação que rompa com os estereótipos, os paradigmas, a exclusão de pessoas que foram relegadas a vida inteira ao abandono político governamental. Uma educação que nos mostre cotidianamente a importância e o valor da luta, da resistência contra os opressores, uma educação que se contraponha cada vez mais a essa lógica mercantilista insana propalada pelas elites do agronegócio brasileiro, pelos grandes proprietários de terras. Uma educação que provoque conhecimento capaz de fazer com que os camponeses sejam respeitados em todas as suas diferenças e peculiaridades, e que tenham de fato a possibilidade de se sentirem verdadeiros construtores do seu tempo e espaço.

A região do Cariri cearense é permeada pelo domínio das famílias tradicionalistas, possui no coronelismo a forma mais evidente de esfera de poder, de dominação social, alimentado por um ciclo constante de dominadores sobre seus dominados, onde impera ainda práticas de clientelismo, paternalismo, dentre outros aspectos que se fortalecem ao longo das vivências sociais. Nesse interim, a escola tem se mantido favorável a essas práticas quando se torna indiferente às possibilidades de conduzir os seus estudantes a pensar e agir com criticidade.

A escola em essência é o lugar de se formar sujeitos que ao se tornarem autônomos pelo conhecimento adquirido naquele espaço, possam diminuir as injustiças sociais, o distanciamento entre as classes. Quando ela falha nessa missão, passa a produzir uma massa de indivíduos que servem apenas como reprodutores das mesmas ideologias dominantes que os formaram, e portanto, incapazes de se notarem agentes de mudança.

Assim, fica a compreensão de que a educação do campo por ter nascido das reais necessidades dos camponeses, pode muito ainda no sentido de alavancar as mudanças na dura realidade que esses sujeitos vivenciam, pode mais do que possibilitar sonhos, instigar novas práticas, novas atitudes, novos fazeres. Neste sentido, educadores/as, alunos/as, escolas, comunidades e movimentos sociais deverão unirem-se cada vez mais na busca de espaços camponeses permeados por práticas sociais de promoção humanística coletiva, da reconquista de valores essenciais a vida, da retomada da autoestima, a solidariedade, a fraternidade, a cooperação. É preciso que se entenda que o desenvolvimento eticamente sustentável passa pela adoção desses elementos e práticas. Nisto, não podemos nos furtar da missão e do compromisso que cada um de nós temos de provocar justiça social, tendo o nosso semelhante sempre como um fim e nunca como um meio no complexo sistema em desenvolvimento chamado de vida.

5 REFERÊNCIAS

- ALVES, T. M. **A Santa Cruz do deserto- Ideologia e protesto no sertão nordestino- a comunidade igualitária do Caldeirão**: Recife. Dissertação (Mestrado em História)- Centro de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal de Pernambuco- 1994.
- ARROYO, M.G e MANÇANO, F. B, **Por uma Educação Básica no Campo**. Brasília, DF Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção por uma Educação Básica do Campo, Vol-II.
- AUGUSTO, K. **A luta dos movimentos pela construção de uma educação no campo**. Revista Retta, Vol. VIII, nº11, jan-jun/2015. Artigo.
- BEGNAMI, M. J. F. **Inserção sócio profissional de jovens do campo: desafios e possibilidades de egressos da Escola Família Agrícola Bontempo**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação. Conhecimento e Inclusão Social em Educação: Belo Horizonte, MG, 2010.
- BENJAMIN, C e CALDART, R.S. **Projeto popular e Escolas do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº. 3.
- BURSZTYN, M. **Meio ambiente e interdisciplinaridade: desafios ao mundo acadêmico. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.10, Editora UFPR, 2004.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 15 de junho de 2017.
- _____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB. Nº. 01/02. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo**. Brasília/ DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992> Acesso em: 20 de junho de 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. MEC, SECAD, 2007.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº. 36/2001. **Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as Escolas do Campo**. Brasília: MEC/CNE, 2003. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf> Acesso em: 30 de julho de 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. In: Cadernos Secad/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), Brasília, 2007.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2010.
- Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 30 de julho de 2017.
- CALAZANS, M. J. C. et alii. **Questões e Contradições da educação rural no Brasil**: In: WERTHEIN, J. & BORDENAVE, J. D. (org.). **Educação Rural no Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

CALAZANS, M. J. C. **Para compreender a educação do Estado no meio rural:** IN: DAMASCENO, M. N. THERRIEN, J. (org.). **Educação e escola no campo.** Campinas, Papirus, 1993.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CALDART, R. S, PALUDO, C, DOLL, J. **Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores.** Brasília: Pronera/NEAD, 2006.

CALDART, R.S. **Sobre Educação do Campo.** In: III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Luziânia, GO, 2007.

CAMACHO, R.S. **A geografia no contexto da educação do campo.** In: Revista Percursos-NEMO Maringá, v.3 n°. 2, p. 25-40, 2011.

MOLINA, M. C e AZEVEDO, S. M. S. J, (Organizadoras), **Contribuições para a Construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília- DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. Coleção por uma Educação do Campo, n°. 5.

CASTRO, E.G, **Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e Reforma Agrária.** Revista Proposta n. 107/108, Rio de Janeiro, dez. 2005/março de 2006.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: Políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido-** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

DENCKER, A.F.M. DA VIÁ, S.C. **Pesquisa empírica em ciências humanas com ênfase em comunicação.** São Paulo: Futura, 2001.

FREIRE, P. **Conscientização.** São Paulo: Moraes 1980

_____ **Pedagogia do Oprimido.** 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

_____ **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011

_____ **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: Uma contribuição à década da Educação para o desenvolvimento sustentável-** São Paulo- Editora e Livraria Instituto Paulo Freire- 2008- (Série Unifreire).

GADOTTI, M. **A Carta da terra na educação.** São Paulo; Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Cidadania planetária; 3).

GIRÃO, R. **Evolução histórica cearense.** Fortaleza: BNB; Etene, 1985. (Documentos do Nordeste 5).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE- Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/crato/historico>> Acesso em: 31/08/2018.

KÊNIA, M. da S.C. FOSCHIERA, A. A. **Práticas de Educação no Campo no Brasil: Escola família Agrícola, Casa Familiar rural e escola itinerante.** Revista Pegada- vol.15. Nº. 2. Dezembro de 2014.

KREUTZ, I. T. L. **Educação Rural: política pública e a educação que interessa ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.** Artigo publicado no I Simpósio Nacional de Educação, XX Semana da Pedagogia. Cascavel/ PR- 2008. Disponível em: <www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/evento/2008/2/artigo%2001.pdf> Acesso em: 18/07/2017.

KOLLING, E.J, CERIOLI, P.R, CALDART, R.S, (Organizadores) **Educação no Campo: Identidade e Políticas públicas**- Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção por uma Educação no Campo, nº. 4.

LEITE, L. C. A. **Considerações acerca das bases teóricas de construção da educação do campo a partir da luta histórica pelos movimentos sociais**. Revista Retta, Vol. VIII, nº11, jan-jun/2015. Artigo.

LIMA, E. de S. SILVA, M. S. P. da. **Currículo das escolas do campo: perspectivas de rupturas e inovação** IN: LIMA, E. de S; SILVA, A. M. **Diálogos sobre Educação do Campo**. Teresina: EDUFPI, 2011.

LIMA, E. de S. **Formação Continuada de professores no Semiárido: Ressignificando Saberes e Práticas**. Teresina: EDUFI, 2011.

LIMA, A.V. **Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: algumas considerações metodológicas**. Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Entrelaçando. IN: Revista Eletrônica de Culturas e Educação. Nº. 6, v.2 p. 46-60, ano III (2012), set-dez.

LOPES, F. R. **Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e sua comunidade**. Fortaleza, EDUECE, 1991.

MENDONÇA, S.R. de. **A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960)**. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril 2006, vol 14 no. 1, p. 88-113. ISSN 1413-0580. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/Educacao-MII/2SF/Dicotomia.pdf>> Com adaptações. Acesso em: 28/03/2017.

MORAIS, R.N, **A importância da Cooperativa-escola na formação do Técnico em Agropecuária**- Dissertação de Mestrado- Disponível em: <<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/07/Raimundo-Nonato-de-Morais.pdf>>

Com adaptações. Acesso em: 23/03/2016.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Escola Itinerante do MST: história, projeto e experiências**. Cadernos da Escola Itinerante do MST. Curitiba, v.8, nº 2, 2008.

Como fazemos a Escola de Educação Fundamental. Caderno de Educação Nº 9, 1ª. ed. São Paulo: 1999.

MUNARIM, A. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: Molina, Mônica Castagna. Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, 152p.

NASCIMENTO, C. G. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás- EFAGO**. Dissertação de mestrado em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

OLIVEIRA, de L, M, T. **Educação do campo e as lutas dos movimentos sociais pelos direitos às políticas públicas**- Artigo da Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ- RETTA, Vol.VIII, nº.11, jan-jun./2015. Artigo.

PESSOTI, A. L. **Ensino médio rural: as contradições da formação em alternância**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural, Universidade Federal do Espírito Santo, 1995. 146p.

QUEIROZ, J. B de P. **O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás.** Goiânia, UFGIFE, 1997.

RIBEIRO, M. **Desafios postos à educação do campo.** IN: Revista HISTEDBR-Online. Campinas, nº 50. (especial), p. 150-171, maio de 2013.

SCALABRIN, I. S; PIAIA, C. A PEDAGOGIA DA ESCOLA ITINERANTE. In: XI Congresso Nacional de Educação- EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

TURELLA, M. PAGLIA, E.C. **O papel dos movimentos sociais na educação do campo.** Universidade Federal do Paraná: UFPR Litoral. Artigo científico. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38433/R%20_%20_%20MARILENE%20TURELLA.pdf?sequence=1&ISALLOWed=y> Acesso em: 15 de maio de 2018.

YMIRACY, N S P, DINIZ, J A, SANTANA, J R.- **Dialogando sobre Metodologia Científica.** Fortaleza: Edições UFC, 2011

ZIMMERMANN, A; VENDRUSCOLO, R. DORNELES, S.B. **Educação do campo: o processo de implementação da Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari (CFR/VJ).** In: Geografia Ensino & Pesquisa. V.17, nº 3 p. 79-90, set/dez. 2013.

Revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/salvacao-lavoura-497826-shtml
Acesso em: 21 out. 2014.

Sites pesquisados:

<http://ifce.edu.br/crato/campus_crato/cursos/tecnicos/integrados/agropecuaria> . Acesso em: 23/03/2017.

< http://ifce.edu.br/crato/campus_crato/cursos/tecnicos/integrados/agropecuaria/pdf/matriz-curricular-agropecuaria-integrada-2010-1-vigente.pdf> Acesso em: 23/03/2017.

<www.redebrasilatual.com.br/educacao/2017/03/fechamento-de-escolas-rurais-obriga-criancas-a-passar-mais-tempo-na-estrada-do-que-em-sala-de-aula> Acesso em: 13/03/2018

<educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19375-8777.pdf> Acesso em: 13/03/2018

<http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1974332/mod_resource/content/1/METODOLOGIA-DO-ENSINO-diferentes-concepções.pdf> Acesso em: 13/03/2018

<ifce.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/missao-visao-e-valores> Acesso em: 13/03/2018.

6 ANEXOS

Questionário fechado para alunos/as:

- a) Qual a sua idade?
() de: 15 a 18 anos, () de 18 a 21 anos, () acima de 21 anos?
- b) Qual o seu sexo?
() Masculino, () Feminino?
- c) Qual série você cursa no Curso Técnico em Agropecuária do IFCE Campus Crato?
() 2ª. Série () 3ª. Série?

Fonte: autor.

Questionário aberto para alunos/as:

- a) Como você avalia os ensinamentos recebidos no Curso de Técnico em Agropecuária?
- b) Você já ouviu falar em Educação do Campo?
- c) O que você compreende sobre Educação do Campo?
- d) Você considera que o ensino recebido no seu curso de Técnico em Agropecuária é suficiente para de alguma forma mudar positivamente à sua comunidade?
- e) Como você avalia a sua capacidade de atrelar o conhecimento ora recebido com a possibilidade de gerar desenvolvimento econômico e social em sua comunidade?
- f) O Curso de Técnico em Agropecuária em sua forma de construção e repasse de conhecimento em interação com a realidade social do seu contexto, como tem colaborado para a disseminação de conhecimentos em sua comunidade?
- g) Você acha que o seu curso de Técnico em Agropecuária, tem lhe preparado o suficiente para perceber as potencialidades da sua comunidade, com vistas ao desenvolvimento sustentável?
- h) Você acha que o seu curso de Técnico em Agropecuária, tem lhe preparado para compreender bem as relações sociais que permeiam sua comunidade?
- i) Como são trabalhados os conteúdos em seu curso de Técnico em Agropecuária no que tange a valorização e preservação da identidade cultural da sua comunidade?

Fonte: autor.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DIRIGIDO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DE CRIANÇAS E/OU MENORES DE IDADE

Solicitamos a sua autorização para a participação do seu filho (a) _____ na pesquisa: Educação do campo: Experiências metodológicas e suas contribuições ao curso técnico em agropecuária no IFCE campus Crato. Sob a coordenação do professor Dr. _____. Informamos que a referida pesquisa objetiva contribuir para a melhoria do ensino técnico em agropecuária do curso objeto em estudo, pois propõe investigar como as metodologias utilizadas pela educação do campo, podem ou não contribuir para o aperfeiçoamento do ensino ora ofertado na instituição pesquisada. Ressaltamos que as respostas serão tratadas com confidencialidade e os resultados serão analisados de forma agregada, onde não haverá citação individual dos respondentes do trabalho. Salientamos que como toda pesquisa oferece algum tipo de risco, nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como constrangimentos às respostas e riscos emocionais. Informamos ainda que a participação é voluntária e que você poderá retirar, caso deseje, seu consentimento, a qualquer tempo, sem penalização alguma ou sem prejuízo de qualquer natureza.

Desde já, agradecemos a atenção e a participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Esse termo terá suas páginas rubricadas pelo pesquisador principal e será assinado em duas vias, das quais uma ficará com o participante e a outra com pesquisador principal. _____

Eu, _____, portador do RG nº: _____, confirmo que _____, explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para participação do menor _____ também foram discutidas.

Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para o menor participar como voluntário desta pesquisa.

Eu, _____ obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

Crato, CE; _____/_____/2017.

Assinatura do pai ou responsável legal

Assinatura do pesquisador responsável

TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Educação do campo: Experiências metodológicas e suas contribuições ao curso técnico em agropecuária no IFCE campus Crato.” Neste estudo pretendemos verificar de qual modo as metodologias utilizadas pela educação do campo poderão ou não contribuir para a melhoria do ensino no curso técnico em agropecuária da instituição pesquisada.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a necessidade de entender como as práticas pedagógicas utilizadas na educação do campo, podem ou não contribuir para melhorar o ensino ofertado na instituição pesquisada, no tocante a possibilitar atrelar teoria à prática na disseminação de conhecimentos na melhoria da qualidade de vida das comunidades onde residem esses estudantes. Tal interesse se dá por tentar perceber o nível de correlação que está havendo entre o que se ensina no modelo tradicional ofertado nesse curso e o que pode ser readequado pelas metodologias da educação do campo, para serem melhoradas as formas de aplicação desse conhecimento nas comunidades gerando desenvolvimento sustentável.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Visitas à instituição de ensino e às comunidades selecionadas para aplicação de questionários impressos com perguntas abertas e fechadas e entrevistas gravadas por meios eletrônicos, salienta-se que o tempo máximo de cada entrevista será de 20 a 30 minutos. E que as respostas serão tratadas com confidencialidade, portanto sem citação individual dos respondentes da pesquisa.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo que caracteriza-se por: constrangimentos às respostas e riscos emocionais. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Crato, Ce; _____/_____/2017 .

Assinatura do (a) menor

Assinatura do pesquisador

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: _____

ENDEREÇO: _____

FONE: _____ E-MAIL: _____